



# SEMANA Nacional

27

Quarta-feira

Uma delegação de cerca de 800 trabalhadores da zona da Reforma agrária, representando mais de 20.000 desempregados de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, deslocou-se a S. Bento exigindo trabalho, pão e o fim da política sectária e corrupta da «AD», sendo ainda entregue um abaixo-assinado com 7.000 assinaturas à Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas ■ Batendo todos os recordes e superando as previsões mais pessimistas, o défice da balança comercial portuguesa ultrapassou os 307 milhões de contos, de Janeiro a Novembro de 1981, segundo números oficiais; o défice externo no ano passado deverá assim aproximar-se dos 330 milhões de contos, a um ritmo médio mensal de 27,4 milhões de contos.

28

Quinta-feira

A Assembleia da República aprova, por unanimidade, um diploma sobre «condução automática sob influência do álcool», a entrar em vigor 180 dias após a sua publicação ■ O Secretariado Nacional da CGTP-IN divulga um manifesto onde se exortam todos os democratas e patriotas a aderirem à paralisação geral decretada pela Central sindical para o próximo dia 12, «numa jornada demonstrativa do repúdio por uma política virada contra o povo e os interesses do País, num sentimento patriótico para manter Portugal nos caminhos da esperança abertos pelo 25 de Abril»; já foi entregue o pré-aviso desta greve, pela CGTP-IN, a todas as entidades, desde o Primeiro-Ministro até aos empregadores de todos os sectores de actividade, em todo o País ■ Uma delegação do MDP/CDE avista-se em audiência com o Presidente da República, a quem expressou a opinião de que o Governo «AD»/Balsemão deve ser demitido de imediato.

29

Sexta-feira

Considerando que «são boas em termos gerais as perspectivas da revisão constitucional», o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão confirma em Copenhaga, durante uma conferência de imprensa, que existe um acordo entre a «AD» e o PS sobre dois pontos da revisão constitucional que ele considera «fundamentais»: a extinção do Conselho da Revolução e a submissão do poder militar ao poder civil ■ Em ambiente de grande «solenidade», o Ministério da Administração Interna apresenta publicamente um enorme «pacote» legislativo através do qual pretende alterar profundamente todo o quadro jurídico do Poder Local — incluindo as eleições para os respectivos órgãos — e o processo de recontagem eleitoral, em particular no estrangeiro ■ Realiza-se um comício do PS no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, com um conjunto de intervenções, remetadas pela do secretário-geral, Mário Soares, a proclamar uma «nova arrancada» que, em substância, não acrescenta nada às conhecidas posições dos últimos tempos marteladas pela linha soarista do PS.

30

Sábado

Para entrar em vigor já na próxima segunda-feira, o Ministério dos Assuntos Sociais publica uma série de cinco despachos que eliminam ou restringem gravemente alguns benefícios dos doentes; um exemplo, as taxas nas aquisições de radiografias e análises, com o aumento agora imposto, vão passar a custar entre 2500 e dois contos o que, segundo se lê no despacho respectivo aqui assinado, no centro do Porto, o PSD venceu as eleições intercalares que também aqui se realizaram para a Assembleia de Freguesia, mas a direita, no seu conjunto, perdeu quase metade do eleitorado e um mandato para a APU, que subiu substancialmente a percentagem da sua votação (de 16 para 23,4%) ■ Uma das conclusões das Jornadas Sindicais Médicas do Norte realizadas este fim-de-semana no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar aponta para que uma comissão dinamizadora promova «todas as iniciativas necessárias à formação de um sindicato médico na zona Norte».

31

Domingo

A Aliança Povo Unido (APU) vence as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Fiães, concelho da Feira, distrito de Aveiro, conquistando dois mandatos à direita e acabando com o seu domínio na região, até aqui assegurado pela maioria PSD/PSD, em Santo Ildefonso, no centro do Porto, o PSD venceu as eleições intercalares que também aqui se realizaram para a Assembleia de Freguesia, mas a direita, no seu conjunto, perdeu quase metade do eleitorado e um mandato para a APU, que subiu substancialmente a percentagem da sua votação (de 16 para 23,4%) ■ Uma das conclusões das Jornadas Sindicais Médicas do Norte realizadas este fim-de-semana no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar aponta para que uma comissão dinamizadora promova «todas as iniciativas necessárias à formação de um sindicato médico na zona Norte».

1

Segunda-feira

Termina uma reunião de dois dias do Comité Central do PCP, que decorreu em Lisboa no CT da Soeiro Pereira Gomes, onde se concluiu, nomeadamente que «bastará a actuação coordenada, conjunta ou convergente de todas as forças e sectores democráticos e patrióticos para, num curto prazo, reconduzir Portugal ao caminho de Abril» ■ O MACP demarca duas reservas ilegais em UCPS de Montemor-o-Novo e Ponte de Sor, entregando-as a absentistas que possuem outras terras ■ O Supremo Tribunal de Justiça nega provimento a um recurso apresentado por figuras destacadas do colonial-fascismo contra governantes e dirigentes políticos ligados ao processo de descolonização, tendo os recorrentes sido condenados a pagar, cada um, três mil escudos de imposto de justiça.

2

Terça-feira

A Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas atribui as presentes dificuldades económicas e financeiras da SNAPA «à desastrosa actuação de sucessivos Governos de direita e em especial do actual» e às actividades corruptas de gestores por eles nomeados ■ Continuam a decorrer ou foram já realizados muitos milhares de plenários e reuniões em todo o País para preparar a paralisação geral de 24 horas decretada pela CGTP-IN para o próximo dia 12 ■ A reunião Inter-Associações de Estudantes (RIA), que congrega 24 associações de estudantes do ensino superior, anuncia o seu total desacomodamento com o projecto do Governo sobre autonomia universitária ■ A engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo é nomeada consultora do Presidente da República, de acordo com um despacho do general Ramalho Eanes hoje publicado.

**Efeméride da Semana** — A 30 de Janeiro de 1574 é encontrado morto na sua residência em ALENQUER o escritor e humanista DAMIÃO DE GÓIS, presumindo-se que tenha sido assassinado; foi ao longo de muitos anos perseguido, preso e condenado pela Inquisição, vendo mesmo proibidas algumas das suas obras.

## Editorial

# AS PROPOSTAS DO PCP

Uma palavra assumiu de há tempos a esta parte um lugar destacado nas falas de todos os dias. Uma palavra sempre acompanhada de um ponto de interrogação, uma palavra que é afinal a pergunta que se formula quando se vive e se sente uma situação nacional insustentável e um protesto que quotidianamente contra ela se ergue — e cada vez mais forte.

A palavra é — alternativa.  
A pergunta: qual a alternativa para esta situação?  
Reunido o Comité Central do PCP no passado fim-de-semana, a pergunta aplica-se aos seus trabalhos: o CC aponta a saída, indica a solução?

Saída, solução — a quê?  
Todos os sabemos: à situação presente, à crise aberta em Portugal, à crise que se vive e que é necessário resolver. Mas para se encontrar uma solução seja ao que for, é necessário conhecer bem aquilo que se tem de solucionar. É exactamente por aí que começa o documento que expõe as conclusões do CC do PCP: a caracterização da situação.

Seis traços essenciais, são apontados:  
— a política de desastre nacional do Governo «AD»;  
— o golpe de estado que se prepara através do processo de revisão da Constituição a ser conduzido pela «AD» com o apoio do PS-Mário Soares;  
— a subestimação dos perigos, o conformismo e relativa passividade de vastos e importantes sectores democráticos face à situação que se desenrola;  
— a real correlação de forças na sociedade portuguesa que se verifica ser favorável à democracia;  
— o descontentamento popular acompanhado por um poderoso movimento de massas que lhe dá expressão;  
— o prestígio e influência do PCP, que se afirma através de cada vez maior apoio que conhece, do seu crescimento, do alargamento da sua influência e que explica a violência da campanha anticomunista.

Não parece possível iludir esta síntese. Analisando a realidade verificaremos que ela converge no conjunto de pontos apontados.

O PCP propõe quatro medidas:  
— demissão do Governo «AD»;  
— dissolução da Assembleia da República  
— formação de um governo de gestão  
— a realização de eleições no prazo de 90 dias.  
O PCP sublinha mais: estas medidas não se destinam apenas a resolver a crise. Permitem abrir o caminho para a solução dos problemas nacionais. Não é apenas solucionar o que está mal agora: é também criar condições para que possa ficar bem depois.

Ponto por ponto, vejamos se as propostas correspondem aos problemas actuais.

A demissão do Governo «AD» o que é que proporcionaria? O fim imediato de uma política geral de incompetência, de ataque aos direitos dos portugueses em todos os seus aspectos — que vão desde as condições de vida às questões da própria independência do País que Balsemão/Freitas vendem todos os dias por grosso e a retalho. Significaria o fim dos «pacotes», dos atropelos às liberdades, das medidas de sabotagem das nacionalizações, das entregas de terras aos latifundiários, dos subornos, das clientelas, dos empréstimos estrangeiros que arruinam o País, etc., etc. A dissolução da Assembleia da República o que é que proporcionaria?  
O impedir de manobra em curso para destruir todo o edifício constitucional da democracia portuguesa saída do 25 de Abril e que está a ser cozinhada entre a maioria de deputados «AD» e o PS de Mário Soares, significaria o fim das manobras para destruir a democracia. Significaria impedir — muito concretamente — que os acordos entre a «AD» e Mário Soares entreguem a Freitas do Amaral a possibilidade de escolher coronéis e generais a quem possa dar a ordem de esmagar a vontade popular.

A nomeação de um governo de gestão o que é que proporcionaria?

## PCP

# Álvaro Cunhal na Conferência de Imprensa:

## «A 'AD' tem menos força do que tem a democracia!»

Na presença de numerosos representantes dos órgãos de comunicação nacionais e estrangeiros, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, informou resumidamente as principais conclusões da recente reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

A conferência de imprensa convocada para o efeito decorreu no Centro de Trabalho Vitória, na tarde de segunda-feira última, e na mesa encontravam-se ainda os camaradas Domingos Abrantes e Vítor Dias, respectivamente membro da Comissão Política e do Secretariado e membro suplente do Comité Central.

Após a intervenção inicial do camarada Álvaro Cunhal seguiu-se um período destinado às perguntas dos jornalistas presentes e durante o qual os mais diferentes assuntos foram abordados, tanto a nível nacional como externo.

Como dissemos o secretário-geral do PCP começou por referir as decisões aprovadas e que se traduzem em três documentos distintos que o «Avante!» publica noutro local, na íntegra.

São eles a análise da actual situação política nacional e as medidas propostas para a solução da crise, a resolução do CC sobre a revisão da Constituição e um apelo à participação na paralisação geral do próximo dia 12.

Informou ainda o dirigente do PCP que é intenção deste partido apresentar com brevidade na Assembleia da República três projectos de lei interligados e de grande alcance social relativos à maternidade, ao planeamento familiar e à interrupção voluntária da gravidez. Foi igualmente informada a decisão de convocar o X Congresso do PCP para o primeiro semestre de 1983.

### Apresentamos soluções constitucionais

Uma das primeiras questões a ser colocada abordou a alteração da correlação de forças que todos os indicadores demonstram (Álvaro Cunhal recordara antes os exemplos recentes das eleições intercalares de Fiães, Santo Ildefonso e Mosteiros) relacionando esta situação com a eventualidade de ser considerado um convite do PCP ao Presidente da República para demitir o Governo.

Começando por responder que «não fazemos convites a ninguém», Álvaro Cunhal acrescentaria:

Apresentamos soluções que são constitucionais, que são legais: a demissão do Governo e dissolução da Assembleia da República. Sabe-se que, segundo a Constituição, na competência do Presidente da República cabem esses poderes, mas há forças que na revisão da Constituição querem que deixem de caber. Mas hoje pode exercer esses poderes.

Mas quando consideramos a correlação de forças existentes no nosso país é em resultado de um exame aprofundado e não podemos deixar de ter em conta que neste momento a «AD» tem o Governo, tem a maioria na Assembleia da República. Mas é desses dois factos conjuntivos que vem a força da «AD».

A nosso ver, no plano da opinião pública, da capacidade de mobilização popular, no domínio social, político e eleitoral e no que respeita à posição das Forças Armadas (que acreditamos que «AD» tem menos força do que tem a democracia. Logo que saia do governo e deixe de ter a maioria na Assembleia da República a «AD» será reduzida à sua real dimensão na actualidade. E a nossa proposta é essa: realizem-se eleições gerais e ver-se-á. As eleições para as autarquias indicam claramente uma queda que se verifica da «AD» e uma subida considerável da APU e do Partido Comunista.

### A «AD» não dá garantias

A posição do PCP sobre um governo de gestão foi outra questão colocada.

Também aqui Álvaro Cunhal sublinhou que esse assunto fora abordado na reunião do CC e constava aliás do texto de conclusão aprovado.

Fransando a necessidade de eleições antecipadas fez notar que para as eleições serem verdadeiramente democráticas não pode estar a «AD» no governo, «que não dá nenhuma garantia de que em eleições a real opção política do nosso povo fosse respeitada».

Acrescentando que são conhecidos todos os projectos de alteração da lei eleitoral por parte da «AD» que a serem aprovados transfor-

A gestão dos negócios do Estado durante 90 dias em moldes que não são os da corrupção, do golpismo, da incompetência do Governo «AD»/Balsemão/Freitas e, essencialmente, a preparação de eleições gerais em moldes sérios e honestos, sem os golpes, as manobras, as chapeladas, as demagogias a que a «AD» já demonstrou com toda a clareza que recorrerá se se encontrar no Governo. E a que muito mais recorrerá na situação de desespero em que se encontra.

A convocação de eleições gerais o que é que proporcionaria?

A possibilidade de o Povo português, enriquecido com a experiência e o conhecimento que tem e que ganhou em meio século de ditadura, sete anos de democracia e dois de desgoverno da direita, manifestar claramente a sua vontade e defender explicitamente a liberdade, de criar condições para um governo democrático com uma política democrática.

As soluções apresentadas pelo PCP serão as únicas possíveis para a presente situação?

Em nenhuma situação que se coloque ao homem existe uma única solução.

Mas a questão no presente momento não é apenas essa. A questão é: onde estão as propostas de outras soluções? Não basta gritar-se que se é a alternativa — como faz o PS de Mário Soares — para passar a sê-lo de facto. Onde estão as medidas que o PS propõe que sejam alternativas para a situação presente?

Não se vai naturalmente falar desse caricato projecto dos «dossiers sobre os assuntos nacionais» que o dr. Mário Soares vai elaborar. É o mesmo que dizer a um doente que requer tratamento: «Aguarde um pouco que eu vou apresentar uma comunicação à Academia de Ciências sobre o seu caso»...

A realidade é que as propostas do PCP são efectivamente as únicas. E são possivelmente as únicas porque são as melhores, as mais adequadas e as mais eficazes.

Contudo, o PCP afirma — com toda a autoridade de quem quer efectivamente encontrar a solução para a crise — que está disposto a encarar todas as soluções válidas que surjam. E mais: afirma que qualquer solução requer a participação de todos os democratas que estejam efectivamente interessados em servir a democracia e o País e por isso está na afirmada disposição de encontrar as bases e formas de acção necessárias.

Dir-se-á: não dependendo a aplicação das propostas do PCP exclusivamente da classe operária, dos trabalhadores, do PCP — serão elas possíveis, será possível pô-las em prática?

É facto que, como o PCP sublinha, a execução das medidas que propõe depende da confluência da vontade e da acção dos democratas, de todos os que estão efectivamente interessados em defender o Portugal de Abril.

E o PCP diz mais: diz que no campo democrático se verifica subestimação dos perigos, conformismo, relativa passividade ante o desenvolvimento da situação.

É sem dúvida um factor condicionante da concretização das soluções. Mas não é apenas condicionante da aplicação das soluções apresentadas pelo PCP: é condicionante de todas e quaisquer soluções.

Tais factores não se referem assim às propostas do PCP, à sua validade: são sim (e como tal o CC as indica) um elemento condicionante geral da situação e que as soluções indicadas pelo PCP já reflectem.

Por outro lado, o facto de as propostas do PCP serem do PCP pode — dizem alguns — dificultar a sua aceitação por parte de outros sectores democráticos que, no geral, concordarão com a sua correcção, mas hesitam no perfilhar de pontos de vista dos comunistas.

Será que é de aceitar que democratas consequentes clamem na mais elemental das armadilhas dos mais elementares anticomunismos?

Um parágrafo do documento do CC do PCP refere claramente tal questão:

O Comité Central não pode deixar de referir as graves responsabilidades que assumem aqueles que não actuam em conformidade com a sua própria opinião por receio de serem caluniosamente acusados de «conotação com o PCP»

(o que é inevitável sempre que alguém toma posições contra a reacção).

Surge ainda outra objecção a que as propostas do PCP conduzam de facto a uma alternativa.

A saber: é correcto e é legítimo pô-las em prática? Há forças suficientes para que elas triunfem?

Quanto à legitimidade das propostas e das medidas, à sua legitimidade democrática e constitucional, não há campanha nem gritaria da reacção e seus porta-vozes que possa negar uma evidência total: todas as medidas propostas pelo PCP cabem inteiras na legalidade constitucional e democrática, contemplam no fundo e na forma o fundo e a forma do regime democrático e constitucional saído do 25 de Abril. Demitir o Governo, dissolver a Assembleia da República, nomear um governo de gestão e convocar eleições gerais são medidas tão rigorosamente legais, tão estritamente constitucionais como a própria Constituição.

Quanto a haver forças suficientes para as erguer, haver condições para que elas triunfem, ensina a experiência que é necessário ver a questão de dois ângulos: como estão as forças que apoiam estas medidas? Como estão as forças que a elas se opõem? Isto é: qual é a correlação de forças hoje em Portugal?

Os factos falam por si.  
De um lado uma «AD» atolada na ilegalidade, na traição aos compromissos e promessas, na incompetência, na corrupção. Uma «AD» rasgada por contradições e conflitos, desprestigiada aos olhos das suas próprias bases de apoio, incapaz de convencer ou mobilizar. Uma «AD» desacreditada em cada eleição, em cada conversa, em cada opinião, uma «AD» que perdeu a sua base de apoio. Uma «AD» que enfrenta o governo e uma maioria de deputados. Um governo que tem de ser demitido por uma prática ilegal, inconstitucional, anti-patriótica, incompetente e corrupta; uma maioria de deputados que não corresponde à maioria da vontade popular.

De outro, um poderoso movimento de massas, uma poderosa vontade organizada que cobre cidades e campos, operários e camponeses, homens e mulheres, jovens e idosos, portugueses de todas as convicções.

De outro, umas Forças Armadas onde predominam os sentimentos de respeito pela legalidade democrática — e que por isso mesmo a «AD» pretende manipular, instrumentalizar.

De outro, o anseio popular por uma vida livre e digna, o apoio popular ao Portugal de Abril e ao Portugal democrático, uma realidade viva de trabalho, organização, coragem e determinação.

De outro, um regime democrático e constitucional que contém em si próprio os instrumentos necessários à sua defesa.

De outro, parte integrante da luta e do povo, o poderoso Partido Comunista Português, partido de vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, partido consequente e determinado na defesa dos interesses vitais do povo e do País.

Do outro — o povo. Afirma o CC do PCP:

A democracia é mais forte que a reacção e está em condições de derrotar a reacção (...). A «AD» perdeu grande parte da sua base de apoio social, política e eleitoral. Demitido o governo, dissolvida a Assembleia da República e convocadas novas eleições, a «AD» não tem força para evitar a sua definitiva derrota no quadro da democracia. (...) Não é por falta de força que a Democracia não afastou ainda a «AD» do poder. Se na acção política e nas instituições houvesse da parte de todos os democratas a determinação e confiança necessárias, de há muito a «AD» teria sido afastada e se teria encontrado uma solução democrática para a crise.

A unidade existe.  
A unidade é possível.  
Quem olhe o Portugal deste Fevereiro de luta, veja a força do poderoso movimento de massas, a determinação da classe operária, os perigos iminentes que balizam o nosso caminho, contemple os democratas que crêem e querem a liberdade e a democracia, reconheça este povo e o País de Abril que ele construiu e quer salvar, certamente concluirá que Portugal pode — assim o queira.

mariam as eleições em Portugal em «mascaradas dignas de Marcelo Caetano ou de Salazar», acrescentou:

Sendo assim, a nossa proposta para uma saída democrática inclui a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a formação de um governo de gestão que assegure o fundamental eleições verdadeiramente democráticas.

Este governo de gestão, com a vigência máxima de 90 dias como a lei fundamental prevê, asseguraria os negócios correntes do Estado e asseguraria que as eleições se verificassem em ambiente democrático.

Além disso, o governo de gestão, Álvaro Cunhal não defendeu parâmetros rígidos para a sua formação como a pergunta que se seguiu procurava indagar:

Estamos abertos a todas as soluções: podemos encarar a participação de partidos, mais ou menos numerosos, podemos encarar a formação de um governo que não tenha a participação mais ou menos explicitada de partidos. De qualquer forma, um governo em que os democratas querem assegurar a persistência e a continuidade do regime democrático.

### A greve e a queda do Governo

A eventualidade da queda do Governo «AD» no dia a seguir à paralisação do dia 12 de Fevereiro e como seria a constituição da Assembleia da República após novas eleições foram outras duas perguntas.

No respeitante à paralisação e à queda do governo salientou que como se refere no documento do CC esta paralisação geral significa um desenvolvimento do grande movimento grevista em curso e do grande movimento popular em curso, um novo passo e uma poderosa afirmação do nosso povo da vontade e determinação em modificar a situação existente, de pôr fim a uma política de desastre nacional e que cria dificuldades tremendas à população trabalhadora do nosso país, e finalmente afastar o perigo de uma revisão da Constituição que significa um verdadeiro golpe de Estado.

Pensamos — acrescentou — que é um elo numa cadeia de lutas importantíssimas que estão em desenvolvimento e que terá um grande peso na solução na situação política do nosso país.

Antes acentuava que o PCP, a propósito desta greve geral não estava a preparar os foguetes para a queda do Governo «AD» mas que se ele caísse os foguetes apareceriam.

### A demissão presidencial

A eventualidade da demissão do actual Presidente da República foi outro dos temas abordados.

Considerando que a demissão do PR se insere no golpe de Estado que constitui a revisão inconstitucional da Constituição — «é um dos elementos desse golpe de Estado», diria — Álvaro Cunhal acrescentou ser evidente que através da revisão da Constituição, retirando ao Presidente da República os poderes que actualmente tem, particularmente os poderes militares, se pretende conduzi-lo a uma tal situação que possa ser forçado a pedir a demissão.

A aceitação de tal eventualidade por parte da Presidência da República representa a confirmação dos graves perigos que podem resultar da revisão da Constituição tal como está a ser desejada pelo acordo da AD com o PS de Mário Soares.

A formação de um novo partido, concretamente um chamado partido presidencial, foi outra questão abordada nas perguntas que se seguiram.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O Jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CPL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57-3º Di.º — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcarçova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

Publicidade CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: 27, João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impreso na Heuka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro 54038

# Assembleia da República Canal TV para a Igreja Um 'programa' do Governo para esconder as realidades do País

A 'AD' teve direito a uma pequena festa. Foi na terça-feira passada, quando as palmas soaram longo tempo a saudar o brilhante do secretário de Estado encarregado dos factos políticos, Marcelo Rebelo de Sousa. Debatia-se as impugnações, do PS e do PCP, à proposta de lei governamental que pretende conceder à Igreja católica um canal de televisão, e o Governo utilizava o seu tempo de palavra para, através de alguns malabarismos de retórica, repassados de humor, tentar provar o contrário do que fora provado ao longo de toda a tarde: que a proposta é inconstitucional.

Aliás, usando ainda de alguns minutos que restavam no final — pois os representantes do executivo arrogam-se o direito de não intervir no debate reservando para o fim a intervenção de Rebelo de Sousa —, o camarada Veiga de Oliveira fez notar que, se a forma do discurso do secretário de Estado era boa, em comparação com a triste figura que outros membros do Governo têm feito, o conteúdo da intervenção deixava muito a desejar. A festa da 'AD' era só aplaudir o facto de que um membro da equipa de Balsemão sabia falar...

Mas que quer afinal o Governo com a alteração da Lei de Televisão? Logo nas primeiras intervenções dos deputados dos partidos impugnantos se começou a notar, dadas as flagrantes inconstitucionalidades de que a proposta era acusada, que a 'AD' não pretende verdadeiramente ver a sua lei aprovada. Antes deseja alimentar, com esta iniciativa, a guerrilha institucional, nomeadamente contando que outros órgãos de soberania — Conselho da Revolução e Presidente da República —, no respeito pela Constituição, venham a impedir que o diploma seja promulgado, preparando-se para jogar com o peso dos sentimentos religiosos de grande parte do Povo português para daí retirar dividendos políticos.

Nunes de Almeida, pelo PS, sublinhou «a injustificável discriminação entre confis-

sões religiosas» em que a proposta de lei cai ao pretender dar apenas à Igreja católica um direito de que exclui todas as outras confissões religiosas; sublinhou também o facto de a Constituição não permitir que a televisão seja objecto de propriedade privada. A finalizar a sua intervenção, o deputado socialista considerou «vergonhosos que se pretenda jogar com a Igreja católica e com os sentimentos religiosos do Povo português para se exaltarem vantagens eleitorais».

## A prática de Salazar

Veiga de Oliveira, pelo PCP, também destacou a tentativa de manipulação, após ter expandido abundantes argumentos de carácter jurídico demonstrando que os artificios da proposta não conseguem apagar o óbvio: se a apropriação privada do objecto televisão é vedada, não pode deixar de se ter como necessária e imperiosa consequência a proibição de quaisquer formas de concessão ou delegação da gestão, que tornariam ainda mais difícilmente atingível o sentido básico dos preceitos constitucionais, que impõem o uso equitativo e pluralista do poderoso meio de comunicação social que é a TV e visam proibir qualquer forma de discriminação.

Mas tão grave como as inconstitucionalidades clamorosas de que a proposta do Governo enferma, afirmou mais adiante Veiga de Oliveira indubitavelmente a questão, é sem dúvida a gravíssima e desabusada utilização, diríamos mesmo tentativa de manipulação, da Igreja católica que está subjacente à apresentação desta proposta de lei: trata-se de uma clara tentativa de criar em Portugal uma questão religiosa que não existe.

Este Governo da 'AD' mostra bem o seu reaccionarismo ao retomar a prática em que Salazar foi mestre: usar as convicções religiosas dos portu-

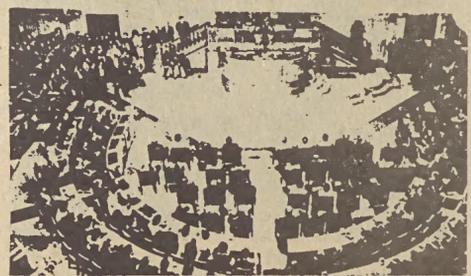
gueses contra eles próprios e também em prejuízo da Igreja católica e tendo como único fito os ganhos de uma facção política antipopular e antinacional.

Enquanto representantes dos partidos da direita davam razão a estas palavras insinuando que o que a oposição não queria era que a Igreja se pudesse exprimir livremente (!), e Sousa Tavares, do PSD, ia mesmo ao ponto de revelar parte do jogo afirmando desejar um grande debate de fundo sobre a questão e sobre a Igreja porque discutir a impugnação era de somenos, Almeida Santos, do PS acusou formalmente o Governo, pondo o dedo na ferida: «O Governo não quer dar um canal

Mas não. A 'AD' está a ir ao fundo e procura lançar o braço ao salvador, como disse Carlos Brito, votou contra a impugnação. Mais tarde irá votar-se o processo de urgência. Depois a própria lei. A seguir virá a questão de se saber se o CR a considerará constitucional. Entretanto a 'AD', através da intriga, procurará atear o fogo da questão religiosa. Após do fumo procurará esconder do povo os problemas da governação.

## O descontentamento e a resistência

No período de antes da Ordem do Dia dessa mesma sessão de terça-feira, a camarada Odete Santos produziu uma declaração política



à Igreja, o que quer é que o CR declare essa lei inconstitucional», afirmou, adiantando que a 'AD' pretende ver os partidos da oposição, o Conselho da Revolução e o Presidente da República envolvidos numa questão religiosa.

Solenemente, Lino Lima, do PCP, avisou que a divisão que estava à vista na Assembleia (por detrás da qual se perfilava a suspeita de se querer fomentar a guerrilha institucional, recolher dividendos eleitorais e instrumentalizar a Igreja), amassava a reproduzir-se sem demora na sociedade portuguesa, levantando uma questão religiosa que não existe. E sugeriu que a Câmara suspendesse o debate, ou que o Governo meditasse e retirasse a proposta, ou mesmo que a Igreja retirasse o seu requerimento.

que daria o tom de viva oposição ao Governo e aos seus apoiantes. Traçou a deputada comunista o quadro da desastrosa política da 'AD', que tem trazido aos trabalhadores a degradação dos salários, o aumento do preço de todos os produtos essenciais, o escandaloso aumento dos serviços de saúde, a instabilidade no emprego, a repressão patronal, o desemprego.

Mas não foi apenas para falar dos limites e ameaças aos direitos e liberdades dos cidadãos, que atingiram com a AD/82 um dos seus pontos mais altos, nem apenas da política de desastre do Governo que a deputada tomou a palavra. Referiu depois o grande movimento de massas que resiste e obtém vitórias, recorrendo aos seus direitos cons-

titucionais com o direito a greve.

Assim tem acontecido ultimamente com os trabalhadores do sector de transportes e da indústria de tabacos, afirmou. O processo, tal como se vem desenrolando, demonstra que são os trabalhadores que estão do lado da Constituição e da lei e que o Governo que se coloca à margem da lei e a viola grosseiramente, na sua ansia de levar às últimas consequências a sua política de degradação das condições de vida dos trabalhadores.

Depois de referir, com abundantes exemplos, as actuais lutas que se desenvolvem, ao passo que os governantes acumulam actos violadores da legalidade, Odete Santos sublinhou:

Contra a política antinacional e antipopular do Governo 'AD', a resistência popular aumenta. A base social de apoio da 'AD' cala. A confirmá-lo estão os resultados de todas as eleições intercalares para as autarquias locais, com relevo neste momento para Fiães e Santo Ildefonso, resultados que demonstram que apesar de todas as campanhas anticomunistas, a APU não cessa de crescer enquanto todas as outras forças políticas se encontram em declínio.

O descontentamento grassa entre todas as camadas sociais, que gritam que é urgente demitir o Governo.

A paralisação geral anunciada para o próximo dia 12 de Fevereiro pelas organizações sindicais, congrega o apoio de amplas camadas da população.

É mais um marco na luta pela democracia.

## Problemas regionais e locais na AR

Na última sessão da semana passada a Ordem de Trabalho foi exclusivamente preenchida com intervenções dos deputados sobre problemas regionais e locais. Em contraste com os discursos da direita, que mimosearam o hemiciclo com algumas das mais ridículas flores da velha retórica, os comunistas, que haviam tido a iniciativa de solicitar a marcação dessa sessão para trazer à AR a realidade diversa e rica de problemas do País, tiveram a oportunidade de produzir intervenções fundamentadas que correspondem a questões concretas, fruto de um constante contacto com o eleitorado e com as populações.

O camarada Joaquim Gomes, que iniciou a sessão, deu conta de alguns problemas do concelho de Pombal, resultado de um programa de visitas a diversos concelhos do distrito de Leiria. Simultaneamente satisfazia, como afirmou, um compromisso assumido perante a Direcção da União dos Agricultores do Concelho de Pombal, trazendo à AR as suas justas reclamações, nomeadamente: no que toca a preços: preços de carne aos produtores, do vinho, da madeira, do leite, que os agricultores consideram insuficientes e não garantidos.

O camarada Dias Lourenço, por sua vez, falou sobre o distrito de Santarém, chamando a atenção para o facto de que os problemas daquele distrito se integram numa problemática que só terá solução cabal com um ordenamento político e um conceito regionalista que não são os do mau Governo 'AD' que temos. O problema do Vale do Tejo e da regularização do leito do rio e ainda a poluição de alguns importantes afluentes foram as questões em que o deputado do PCP se deteve.

De destacar também as intervenções do camarada Alvaro Brasileiro, que falou dos problemas da agricultura e das populações do Ribatejo e da camarada Zita Seabra, que abordou os problemas de Loures, nomeadamente dois grandes problemas que não dependem da Câmara, mas claramente do poder central: a situação criada no concelho pelo temporal de 29 e 30 de Dezembro passado, e a situação do Rio Trancão e da Ribeira de Odiveias, verdadeiros esgotos a correr à superfície.

## Poder local

### Eleições autárquicas

# Vitórias da APU derrotas da AD

As eleições intercalares para Assembleias de Freguesia realizadas no passado domingo em Fiães, St.º Ildefonso e Mosteiros saldaram-se por resultados que confirmam uma tendência que está a generalizar-se por todo o país: a subida da APU e a descida do PS e da AD.

O exemplo mais notório é sem dúvida o de Fiães (no distrito de Aveiro), onde a APU passa de terceira força para primeira. Passando de 1000 votos (28,8 por cento) para 1415 votos (44,2 por cento) e de quatro para seis o número de eleitos.

Esta importante vitória da APU, tanto mais significativa quanto apenas o Povo Unido consegue aumentar a sua influência eleitoral, assume particular relevo não só porque se concretiza num momento em que o anticomunismo é empunhado como cavalo de batalha de quase todas as restantes forças políticas, como ainda por cima se verifica num distrito de tradicional implantação da direita.

Outro tanto sucede em relação aos resultados obtidos em St.º Ildefonso onde, ainda que com diferente expressão, a APU é a única força a aumentar o número de eleitos e a subir substancialmente em percentagem.

Nesta freguesia do Porto as eleições foram marcadas por um elevado grau de abstenções, reflexo indelével do desprestígio da direita. Direita que se apresentou dividida ao eleitorado, numa tentativa quase ingénuo dos partidos que a compõem (PSD e CDS) se demarcarem dos erros cometidos pela gestão AD.

Os resultados não foram famosos. Contra os 7097 votos obtidos pela AD em 1979, correspondentes a uma percentagem de 55,2% e a onze mandatos, a direita não conseguiu nestas eleições recolher, em conjunto, mais do que 3690 (2200 para o PSD e 1490 para o CDS) e perdeu um mandato. Ou seja, ficou sem quase metade do seu eleitorado (3407 votos).

Em contrapartida a APU foi a força menos atingida com a abstenção, que rondou os 50 por cento, tendo subido de 16 para 23,4 por cento e de três para quatro mandatos, não obstante a perda de 273 votos. De assinalar que uma vez mais a presença divisionista da UDP (que não conseguiu mais de 49 votos contra os 231 obtidos em 1979) serviu objectivamente à direita, dado que os votos assim inúteis, se canalizados para o Povo

Unido, teriam bastado para eleger mais um candidato APU, impedindo a maioria da direita.

Em St.º Ildefonso, como de resto em Fiães, o Partido Socialista desceu também a sua votação, confirmando a tendência do eleitorado para condenar cada vez mais uma política de conciliação com a direita e de ataque sistemático às forças democráticas.

No primeiro caso o PS perdeu 1313 votos, embora mantendo os cinco mandatos conquistados em 1979. Em Fiães o PS passa de 1176 votos para 904 e mantém igualmente os quatro mandatos que já detinha.

Finalmente, também os resultados eleitorais para a Assembleia de Freguesia de Mosteiros, nos Açores, confirmam a tendência geral da direita para descer.

Nesta freguesia, onde em 1979 o PSD conquistou oito mandatos recolhendo 77,4 por cento dos votos (459), aquele partido conseguiu agora menos dois mandatos (6) e apenas 310 votos.

As divisões internas que nas Regiões Autónomas opõem os partidos reaccionários tiveram a sua expressão neste acto eleitoral, designadamente com a subida do CDS que passou de 35 para 50 votos e um mandato. Também o PS passou de 89 votos e um eleito para 110 votos e 2 mandatos.

Mas verdadeiramente espectacular foi a subida da APU, única força a concorrer pela primeira vez numa freguesia onde até há bem pouco tempo a falta de um mínimo de liberdade e democracia impedia aos comunistas e seus aliados o uso pleno dos seus direitos como cidadãos. Se a própria apresentação de uma lista constituiu já uma grande vitória, os votos agora recolhidos representam um êxito assinalável, dado que o máximo conseguido na freguesia para eleições gerais não tinha ido além dos onze votos, passando agora para 45.

O aumento de ser considerado como um índice extremamente favorável que aponta já, com o reforço do esclarecimento, informação e trabalho unitário, para

novos êxitos nas próximas eleições gerais para as autarquias locais.

## AD em contagem decrescente

É sem dúvida significativo que dois dias após a divulgação dos resultados eleitorais de Fiães, St.º Ildefonso e Mosteiros apenas a APU e o PS se tenham pronunciado sobre eles.

O silêncio da AD é compreensível. Como explicar, sem reconhecer a sua entrada em contagem decrescente, a perda de Fiães, onde a direita passa da maioria a força menos votada? Como explicar o desaire de St.º Ildefonso, onde não só perdeu a larga maioria absoluta de que dispunha (55,2 por cento) como também a maioria absoluta dos votos? Como explicar, enfim, o golpe sofrido nos Açores, onde passa de um domínio da ordem dos 77,4 por cento para 58 por cento?

E, mais difícil ainda, como explicar a subida geral da APU, força que diariamente por todos os meios se procura fazer crer isolada, sem implantação, quase em vias de extinção?

Convenhamos que é difícil. Como difícil também deve ser para os militantes socialistas a compreensão da análise feita pelo PS, que conclui que os resultados obtidos agora são "encorajantes".

Que encontrará o PS de "encorajador" no equilíbrio instável em que se encontra do ponto de vista eleitoral? Que haverá de "encorajador" na manutenção tangencial de mandatos quando ameaçados pela perda constante de votos?

Se o silêncio da AD se compreende — à direita interessa fazer esquecer o mais depressa possível os resultados eleitorais que a não favorecerem, enquanto os seus ministros e deputados se afadaram na elaboração e aprovação de leis que garantam de uma vez por todas que os resultados lhes serão sempre favoráveis — o mesmo não se poderá dizer da levianidade com que o PS analisa os seus resultados.

A quem querará o PS enganar ao afirmar publicamente o "encorajamento" que a derrota lhe dá? A si próprio ou aos outros? Por quanto mais tempo ainda continuará a direcção do PS cega e surda às lições do eleitorado de inequívoco apoio às forças mais consequentes no combate à AD e ao seu desastroso Governo?

# «AD» continua de costas para os portugueses

Revelando bem o que é a política da "AD" — promessas e palavras a esconder a falta de resolução dos problemas mais prementes ou de medidas que tendam, pelo menos, a diminuir os efeitos de situações graves —, a maioria rejeitou na Assembleia da República uma proposta dos comunistas. Foi na quinta-feira passada: o PCP apresentara a proposta de criação de uma Comissão Eventual para os problemas dos deficientes.

Pegando nas razões que José Niza, do PS, adiantou — já há na Assembleia uma Comissão Parlamentar de Segurança Social, Saúde e Família —, o CDS apresentou a negar a necessidade de uma comissão eventual para os problemas dos deficientes que, como explicaria o apresentador da proposta do PCP, Vígil Amaral, não só teria uma composição diferente da habitual constituição das comissões parlamentares mas teria também objectivos específicos e precisos.

Com efeito, o pretexto de que um acumular de comissões não resolve os problemas, não colhe. Nem o pretexto de que vai haver uma subcomissão para os deficientes — a Comissão para o AID nunca funcionou nem foi convocada — exclui a necessidade de dar uma atenção muito particular aos problemas dos deficientes, nomeadamente através da criação de uma Comissão Eventual — um órgão ágil, flexível e liberto da inércia burocrática, aberto a todas as ideias e sugestões, quer dos representantes dos deficientes, quer dos especialistas e departamentos da Administração Pública, como explicou Vígil Amaral.

O deputado comunista, que na apresentação da proposta traçou um negro panorama da política de saúde da "AD", advertiu também: «Ao contrário do que seria de prever e desejar, o número de deficientes em Portugal continuará a sofrer um aumento anual. É este o contributo da "AD" para o problema dos deficientes. Não só não resolve qualquer dos seus problemas como anualmente o vai agravando contribuindo com a sua política ruinosa para o aumento do seu número. Esta uma das consequências do não cumprimento da Lei do Serviço Nacional de Saúde e da não implementação de uma rede de cuidados primários de saúde. Mas a "AD" ficou na sua. E a

criação de uma estrutura capaz de tomar conhecimento dos problemas, estudá-los e propor para eles as soluções mais justas e adequadas, uma comissão onde se encontrariam soluções que contribuíssem para resolver os graves problemas que atingem os deficientes portugueses, foi rejeitada. Ficará para mais tarde. Quando houver uma maioria democrática na Assembleia da República.

## Urgência unânime

Foi por unanimidade, afinal — recorde-se que na sessão an-

## Teatro despejado? PCP protesta e faz perguntas

A iminência de despejo de nada menos que duas companhias de teatro, em Lisboa, tem justamente preocupado o público que ao longo de vários anos se tem habituado a ver o resultado de um trabalho preservante traduzido em espectáculos de assinalável êxito. Trata-se das companhias de «A Barraca» e do «Adoque», que são ameaçadas de terem de abandonar as suas instalações — a primeira na Rua Alexandre Herculano, a segunda no Martim Moniz. Preocupados com a situação, deputados comunistas apresentaram um requerimento ao Governo, perguntando aos Ministérios das Finanças e do Plano, e da Cultura e Coordenação Científica que medidas pensam tomar no sentido de garantir o não desalojamento do grupo «A Barraca» ou de encontrar solução alternativa. Um voto apresentado também pelos deputados do PCP propõe à AR que proteste contra a situação que afecta «A Barraca» e o «Adoque», e que recomende ao Governo que tome medidas urgentes no sentido de garantir ou melhorar as respectivas instalações.

terior a "AD" se preparava para rejeitar o processo de urgência que o PS pedira para apreciação de um seu projecto que declarava a calamidade pública para as zonas degradadas da Sé e Miragaia — que os deputados acolheram a urgência solicitada. Sobre este tema, uma intervenção

lismo, a promiscuidade, etc., são flagelos que provocam a constante degradação das condições de vida destas populações. A par disto, ainda se junta a falta de luz, de esgotos, de água canalizada, e autênticas lixeiras dentro destes prédios

	1979				1981			
	APU	PS	AD	Mandatos	APU	PS	AD	Mandatos
Fiães	1000 (28,8)	1176 (33,9)	1218 (35,1)	APU - 4 PS - 4 AD - 5	1415 (44,2)	904 (28,3)	882 (27,5)	APU - 6 PS - 4 AD - 3
St.º Ildefonso	2061 (16,0)	3336 (25,9)	7097 (55,2)	APU - 3 PS - 5 AD - 11	1788 (23,4)	2023 (26,4)	3690 (48,2)	APU - 4 PS - 5 AD - 10
Mosteiros	APU -	PS 89 (15,0)	CDS 35 (5,9) PSD 459 (77,4)	Mandatos PS - 1  PSD - 8	APU 42 (7,9)	PS 110 (20,6)	CDS 50 (9,4) PSD 310 (58,2)	PS - 2 CDS - 1 PSD - 6

**1 VOLUME**

# Curso de Economia Política

G. KOSLOV

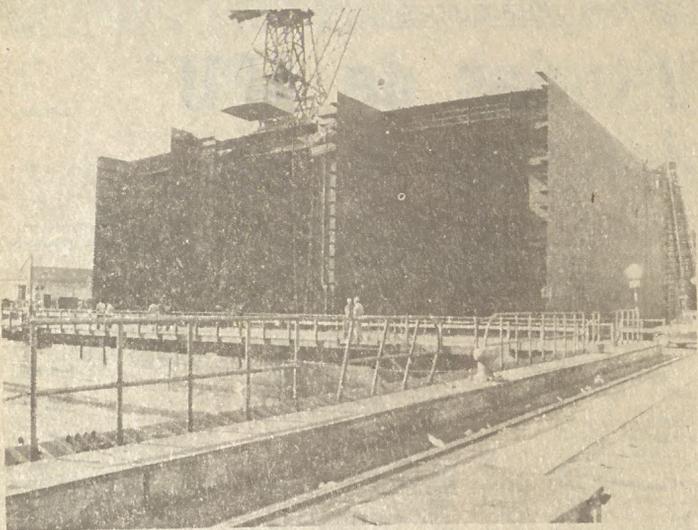
Elementos Fundamentais do Comunismo Científico

O estudo sistemático de todos os fenómenos da Economia Política, desde os modos de produção pré-capitalista até à análise do agravamento das contradições sociais nos países imperialistas na etapa contemporânea.

Uma obra notável e indispensável feita por uma equipa de especialistas sob a direcção de G. Koslov, membro correspondente da Academia das Ciências da U.R.S.S.

UMA GRANDE INICIATIVA DAS edições Avante!

## Trabalhadores



As dificuldades já conhecidas do sector da construção naval juntam-se agora os salários em atraso, como acontece na Setenave. A delação dos postos de trabalho é outra das preocupações dos trabalhadores

## Lutas e novas acções

- Prevista para hoje concentração dos Transportes
- Atrasos no pagamento de salários
- Forte adesão

Na sua primeira intervenção pública depois das reuniões com membros do Governo posteriores à greve de 20 a 22 de Janeiro findo, o secretário da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos convocou para hoje, às 17 horas uma concentração dos trabalhadores das empresas do sector junto ao Ministério dos Transportes em Lisboa.

O objectivo anunciado pela Federação, que se reúne amanhã, "para perspectivar novas acções no sector a partir de 15 do corrente", é, com aquela forma de luta, "denunciar a política de estrangulamento e intransigência negocial do Governo".

Outros conflitos e lutas decorrem entretanto em vários sectores e empresas. Plenários sindicais, de trabalhadores nos locais de trabalho, diligências junto do Governo, ou de organismos competentes continuam a acompanhar o desencadear de formas de luta ou o seu prosseguimento com elevada adesão.

Outros conflitos e lutas, declaradas ou latentes, destacaram-se recentemente em sectores como o arrasto costeiro, meteorologistas, editores e livreiros, indústria de bolachas e chocolates, serviços sociais do ensino superior, químicos, cristalaria, companhias estrangeiras de aviação e pessoal não docente das faculdades e estabelecimentos dependentes das universidades técnica e clássica de Lisboa.

As empresas referidas a seguir devem-se ainda juntar a Soda-Póvoa, EPSI, Sapac e Fima-Lever-Iglo onde os trabalhadores encontram dificuldades crescentes em negociar acordos de empresa.

A contratação colectiva, englobando a recusa determinativa do tecto salarial, continua a ser aliás o primeiro motivo das lutas em empresas e sectores.

Outros motivos de relevo são a defesa dos postos de trabalho, o pagamento de salários em atraso, os despedimentos a repulção sobre dirigentes e delegados sindicais, o divisionismo, a defesa dos organismos representativos dos trabalhadores e a sua actividade legal nos locais de trabalho.

### Setenave

Com os salários de Janeiro por receber nos primeiros dias deste mês e com os postos de trabalho inseguros, no meio das dificuldades de toda a ordem que afectam a indústria naval, numerosos trabalhadores da Setenave devem concentrar-se hoje em Lisboa manifestando-se contra o atraso no pagamento de salários e pela resolução da situação financeira da empresa. As organizações representativas dos trabalhadores previram,

ao mesmo tempo, uma conferência de imprensa.

### Têxteis de Oliveira do Hospital

"Os trabalhadores têxteis das empresas Eurofoto, Montanha e Acrutex, de Oliveira do Hospital, encontram-se sem receber os salários relativos a Dezembro e o 13.º mês, enquanto que os despedimentos continuam", revela em comunicado recebido em 1 do corrente a Concelhia do PCP naquela localidade. Perguntando que foi feito do dinheiro que um administrador da Acrutex recebeu de um organismo oficial para manter os postos de trabalho, a Concelhia acusa o Governo "AD" de não ter garantido a aplicação dessa verba na Acrutex e de permitir segundo tudo leva a crer, que "o sr. administrador se prepare, com a maior impunidade, para mais despedimentos colectivos e até para a falência fraudulenta", adverte a Concelhia do PCP, solidária com os trabalhadores.

### Tabaqueira

Depois de dois dias de greve no princípio desta semana, a maioria dos trabalhadores da Tabaqueira, que recusaram "negociar" o direito à greve, exigindo negociações directas e não a aplicação do acordo assinado com a representação sindical de 200 trabalhadores (o total atinge cerca de 1300), decidiram em plenário prosseguir a luta parando até às 24 horas de amanhã. A comissão negociadora sindical apresentou entretanto duas contrapropostas. Uma delas consagra aumentos de 22 por cento.

### Papelaria Fernandes

Suspensa uma paralisação de 3 horas prevista para 1 do corrente, depois de terem parado na segunda-feira da semana passada com uma adesão da ordem dos 85/90 por cento, os trabalhadores da Papelaria Fernandes, perante uma contraproposta patronal com aspectos aceitáveis, decidiram em plenário remeter para mais tarde formas de luta previstas cuja adopção dependerá naturalmente da maneira como decorrerem as negociações.

Sabia-se que, entre operários e empregados de escritório, 70 trabalhadores tinham abandonado os sindicatos ugêstistas e aderido ao dos Tabacos.

### Foznave

Com o pré-aviso já pronto para uma greve por tempo limitado, os carpinteiros navais da Foznave, da Figueira da Foz, empresa com cerca de 250 trabalhadores, deixaram de ser obrigadas a pagar do seu bolso a ferramenta que utilizam no estaleiro. A administração foi obrigada a aceitar esta reivindicação dos trabalhadores.

### Vidreira da Fontela

Num plenário recente em que participaram cerca de 600 trabalhadores da Vidreira da Fontela, no concelho da Figueira da Foz, foi aprovado, por maioria e adopção de formas de luta, se entretanto persistir a ameaça que pende há mais de um ano sobre os 720 postos de trabalho. Os trabalhadores já por mais de uma vez se opuseram, através da luta, à eliminação dos seus empregos.

### Hotel Baía e outras empresas

Contra a arbitrariedade do Governo (nomeação de uma comissão administrativa para o Hotel Baía em autogestão com bons resultados desde 1975), em repúdio por actividades divisionistas, (Portucel), defesa de postos de trabalho Cimpor e ex-Bordado & Franco, da Figueira da Foz, contra várias ilegalidades patronais (processo judicial na Firestone), pelo curso normal da contratação colectiva (Imprensa Nacional-Casa da Moeda), correcção de anomalias e do regime de pessoal (parque de máquinas da Junta Autónoma das Estradas), recusando o tecto salarial Hospital da CUF/Clinica de São Bento) defesa de postos de trabalho (SNAP) e salários em atraso (Escola Secundária de Mondim de Basto), contra despedimentos e por salários em atraso (empresa Berton, do Montijo), pelo cumprimento do CCTV "Limpabem", empresa em serviço na Petrogal) são razões entretanto vindas a público nas empresas e em outros locais de trabalho para a adopção de várias formas de luta ou de protesto, de simples apreensão ou intervenção sindical junto de entidades competentes no sentido de defender direitos, garantias e interesses legítimos de muitos milhares de trabalhadores.

## Manobra na banca

Transferir os recursos e o poder de decisão da banca nacionalizada para o estrangeiro é uma manobra política e financeira que se encontra em adiantada fase de execução.

«O objectivo é claro», afirma a comissão coordenadora das CT's das empresas do sector bancário:

«Os gestores dos bancos nacionalizados estão a gerir as filiais no estrangeiro à margem das orientações que regem o sistema bancário português, afastando-as dos objectivos da nacionalização e dos interesses da economia nacional. O facto de as filiais no estrangeiro se regerem pelas leis vigentes nos países onde se encontram instaladas e um quase

total alheamento do Banco de Portugal, relativamente ao que ali se passa, permitem que tais filiais se comportem já como unidades independentes».

A comissão coordenadora das CT's da banca, que exige um esclarecimento público por parte do Governo, analisa várias situações, indica nomes e aponta factos que são nitidas fraudes à luz da Constituição.

«Para financiar parte dos défices das transações correntes, o Governo está a negociar com o FMI um novo empréstimo gigante. É neste contexto — acrescenta a coordenadora — que gestores da banca nacionalizada transferem para as filiais no estrangeiro a actividade internacional, que retem nessas filiais as reme-

sas dos emigrantes, colocam recursos financeiros ali acumulados ao serviço de interesses estrangeiros e a própria banca a reboque e sob o controlo dos antigos grupos financeiros, preparando assim a entrada da banca estrangeira no nosso País.

«É nesta situação que não podem ficar sem resposta perguntas como estas:

- Como são aplicados os recursos existentes nas filiais no estrangeiro?
- Como são constituídas as carteiras de empréstimos e aplicações?
- Quantos milhões de dólares tem neste momento imobilizados em empréstimos à economia de outros países a banca nacionalizada em Portugal?

## Professores Concentração dia 9

Terça-feira, dia 9, os professores concentram-se em frente ao Ministério da Educação, em Lisboa. Decidida em plenário de delegados sindicais, a concentração destina-se a apoiar reivindicações que interessam a todo o sector. Será exigida a efectivação do direito à negociação colectiva e à publicação de diplomas legais entretanto negociados. O protesto contra «a completa degradação do sistema de ensino» constitui também um dos objectivos daquela forma de luta aprovada no plenário que reuniu mais de uma centena de delegados sindicais.

Sem resultado, a direcção sindical tem entretanto procurado resolver o contencioso pela via do diálogo no Ministério da Educação.

## Indemnizações de «O Seculo»

Com vencimento em Dezembro de 1981, Junho e Dezembro de 1982 e nos dois anos seguintes foram mandados liquidar em sete prestações as dívidas por indemnizações aos trabalhadores da empresa que publicava «O Seculo».

A liquidação efectua-se ao abrigo de uma portaria saída no «Diário da República» de 26 do corrente. Os trabalhadores abrangidos receberam em casa uma carta-circular com a data do pagamento das prestações, segundo informou um porta-voz da comissão liquidatária daquela empresa pública.

## Atrasos na IN-CM

Os trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda podem adoptar formas de luta esta semana por «uma justa e rápida conclusão do acordo de empresa».

Num comunicado recebido na sexta-feira, a Federação das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa anunciava a realização de plenários esta semana «para análise da situação e aprovação de formas de luta, caso a empresa não modifique rapidamente as suas posições».

Desde 28 de Dezembro findo, acrescenta a Federação, que não houve qualquer progresso significativo nas negociações. A comissão administrativa não apresentou sequer uma contraproposta. Tão-pouco adoptou «uma posição global sobre as matérias importantes do clausulado», que segundo a Federação, são ainda controversas.

Comparando o seu caso ao de outras empresas públicas, designadamente as dos transportes, «onde os gestores seguem as orientações do Governo "AD" no sentido de prejudicar os interesses dos trabalhadores», a Federação adverte que, tal como no Metro, Carris, Tabaqueira, etc., também na Imprensa Nacional os trabalhadores saberão lutar para se oporem eficazmente a tal política e defenderem os seus legítimos interesses e direitos».

## Aliciamento na Portucel

O conselho de gerência da Portucel e a sua direcção de pessoal souberam aproveitar muito bem o divisionismo sindical na revisão do acordo colectivo.

Numa moção, os delegados sindicais daquela empresa pública, reunidos recentemente em Lisboa, revelam que, no prosseguimento das acções divisionistas através do aliciamento ("a troca de uma promoçãozinha", referem), "se começaram a esboçar tentativas" no sentido de "lançar a confusão no seio dos trabalhadores" com o objectivo de os dividir em favor de "sindicatos paralelos, cuja actuação na revisão do ACTV tanto nos prejudicou", lembram os representantes dos trabalhadores.

Num apelo à unidade e à sindicalização, repudiando "toda e qualquer tentativa divisionista na empresa venha de onde vier e seja pela mão de quem for", os delegados sindicais reafirmam a sua disposição de luta pela criação das "condições necessárias à verticalização sindical na empresa", melhorando as possibilidades de alcançar um acordo colectivo que defenda realmente interesses e direitos da maioria na Portucel. Na reunião foi ainda analisada a situação político-sindical. Apoiando a jornada de 12 de Fevereiro, os delegados sindicais aprovaram uma outra moção onde se considera a política e o Governo "AD" indignos do Portugal de Abril.

## ROL e Caramulo: Despedimentos colectivos

Meia centena de trabalhadores contratados a prazo têm os seus empregos em risco na ROL das Caldas da Rainha. No Sanatório Grande do Caramulo eram entretanto despedidos 7 trabalhadores.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, alertando contra a ameaça na ROL, afirma que a empresa não tem necessidade de despedir ninguém, visto que ainda recentemente aumentou a sua capacidade de produção.

O Sindicato exige que sejam mantidos os postos de trabalho. No Caramulo a Sociedade que explora o sanatório alegou dificuldades económicas para obter a autorização dos despedimentos da Secretaria de Estado do Emprego. O Sindicato da Hotelaria afirma, no entanto, que a dita Sociedade subaproveita as instalações e não atende às propostas já apresentadas para a sua reconversão.

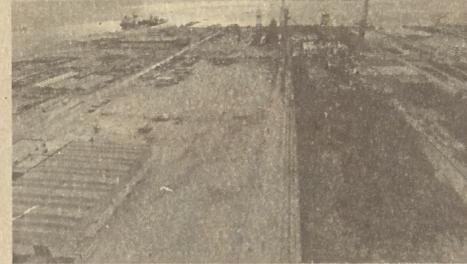
## Vitória na Lisnave

Uma vitória da unidade dos trabalhadores, assim foi considerada na Lisnave o facto de a administração ter sido levada a suspender a sua tentativa de entregar a uma empresa privada a exploração do refeitório da empresa, tido pelo maior restaurante do País.

Os trabalhadores lutavam contra essa tentativa desde o princípio do ano passado.

Como o «Avante!» referiu mais de uma vez, a empresa interessada no refeitório da Margueira — a Gertal — tinha em mira, além dos fornecimentos que já fazia, a confecção de cerca de 6 mil refeições diárias.

Escusado será lembrar que a tentativa se inscreve, embora parcialmente, no processo de desnacionalização em curso aí e noutros locais, tomando aspectos mais salientes quando se tra-



ta de entregar ao capital privado grossas fatias de empresas totalmente nacionalizadas com os pretextos mais diversos e quase sempre anticonstitucionais.

Desta vez venceu (embora a luta não tenha acabado) o interesse dos trabalhadores.

## Siderurgia nacionalizada Para importar quando se pode produzir

Nem o Governo nem o conselho de gerência se preocupam em defender a nacionalização da Siderurgia Nacional, afirma a Comissão de Trabalhadores daquela empresa pública. Aparentando vários casos conhecidos que são alvo de inquéritos, designadamente acidentes, corrupção e roubos, a CT, no exercício das funções que lhe competem no quadro do

controlo de gestão, pergunta a que conclusões chegaram esses inquéritos e por que razão são autorizadas importações de materiais que a empresa fabrica ou tem condições para fabricar, como é o caso dos «bobinados para a Helição e Ferrotor».

A CT pergunta ainda aos gestores da SN-EP por que razão o País gasta 17 400 contos de divisas para importar 700 to-

neladas de chapa para bidões quando a empresa pode perfeitamente produzi-la em Portugal.

Cortar o mal pela raiz, «deitar abaixo a árvore que está podre», é uma das metas do apelo à unidade feito pela CT, que apoia a «greve geral do próximo dia 12 de Fevereiro», marcando para 2 do corrente um plenário geral de trabalhadores.

## Situação da mulher trabalhadora Factos e números reveladores no Encontro de Lisboa

Só no distrito de Lisboa, o total das mulheres desempregadas subiu 8 mil no último semestre de 1981.

Outros números reveladores da situação, pela qual o Governo "AD" é o primeiro responsável, vieram ainda a público no Encontro Distrital sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora que a União dos Sindicatos (USL) levou a efeito no último sá-

das mulheres fora e dentro de casa.

Preparado cuidadosamente durante quatro meses, o Encontro foi um grande debate de encerramento das iniciativas que mobilizaram cerca de 72 mil trabalhadores, naturalmente com destaque para as mulheres, em todo o distrito de Lisboa.

Apelando à participação massiva na greve geral de 12 do corrente, o Encontro

Salário igual para trabalho igual — uma reivindicação nunca inteiramente satisfeita, apesar de antiga — condições de acesso a carreiras em igualdade com os restantes trabalhadores, o fim da discriminação, que ainda assume formas bem visíveis relativamente à mulher trabalhadora, constituíram outras reivindicações aprovadas no Encontro!

A degradação das condições de vida e de trabalho, que ameaçam tornar-se insuportáveis enquanto se mantiverem este Governo e esta política, levou ainda as mulheres trabalhadoras a recusarem o baixo nível de vida a que essas condições conduzem e a mostrarem mais uma vez a sua disposição de luta ao lado dos restantes trabalhadores.

O tema do Encontro foi "a mulher na sociedade e no trabalho".

- Da população do distrito de Lisboa cerca de um milhão e cem mil são mulheres.
- Desse total apenas 208 mil estão empregadas.
- Dos 54 por cento representados pelas mulheres entre a população do distrito apenas uns 18 por cento têm emprego.
- Dos 197 mil trabalhadores despedidos no 2.º semestre do ano findo 144 mil são mulheres.

bado na Voz do Operário em Lisboa.

Mais de 80 por cento das mulheres do distrito ou são domésticas ou encontram-se desempregadas. Inactivas estão perto de 900 mil.

Com a participação de cerca de 300 delegados e algumas centenas de convidadas, o Encontro reclamou do Governo a adopção de medidas que combatam o desemprego, criem postos de trabalho, melhorem as condições de vida de centenas de milhares de famílias que não podem dispensar o trabalho

analisou os problemas de ordem geral que afectam todos os trabalhadores como seja o ensino, a habitação, a saúde, o planeamento familiar e as questões que com ele se relacionam mais de perto, os contratos a prazo, os problemas do desarmamento, da cultura, da formação profissional.

Exigiu-se do Governo o cumprimento de promessas, que nunca passaram disso, como sejam abonos e subsídios de alimentação para todas as crianças, criação de infantários e concretização de medidas gerais de apoio à infância.



Trabalhadoras desempregadas numa acção de rua. Neste caso, a Standard/ITT, um exemplo bem elucidativo da política de despedimentos do Governo "AD".

edições  
**Avante!**

**PROGRAMA  
e  
ESTATUTOS  
do PCP**

As propostas e estrutura  
de um grande partido de massas

PCP

# «Na Beira Litoral cresce a luta e a combatividade dos trabalhadores»

— sublinha a Direcção Regional do Partido

«Na região da Beira Litoral, em consonância com a luta generalizada dos trabalhadores e das massas populares de todo o País, cresce a luta e a combatividade dos trabalhadores da cidade e do campo, a que se aliam, em grau e amplitude cada vez maiores, os agricultores da região, cujos interesses são cada vez mais desprezados e espezinhados por uma política agrícola desastrosa, toda ela construída sobre aumentos constantes dos custos dos factores de produção e sobre mentiras e falsas promessas» — salienta a Direcção da Organização Regional da Beira Litoral (DORBL) do PCP, num comunicado em que se referem importantes conclusões a que chegou a reunião plenária da DORBL do passado dia 26 de Janeiro, efectuada em Coimbra.

**mentos dos preços dos transportes, da água, da electricidade e das rendas de casa e pela segurança das populações nas passagens de nível, assim como na exigência de melhoria dos transportes locais e regionais.**

A Direcção Regional da Beira Litoral do PCP saúda os trabalhadores e o povo interveniente nestas lutas ao seu alcance, nas autarquias, na Assembleia da República, na rua, junto das autoridades locais e dos diversos órgãos de soberania, continuar ao lado dos trabalhadores e do povo na luta em defesa das suas reivindicações, direitos e conquistas».

### Autarquias: encontros distritais do PCP

No capítulo das autarquias locais, a DORBL salienta que «tal como no Governo, a AD tornou-se um factor de instabilidade e de descrédito», apontando ainda:

«Na região, a gestão da AD nas autarquias, com raras excepções, caracteriza-se pelo inoperância, incompetência, corrupção e compadrio. Em vez de servir o povo que os elegeu, os autarcas da AD servem-se e servem a sua clientela.

«Nas autarquias com maioria AD é frequente a guerrilha entre os caciques locais do CDS e do PSD. Em vários casos, a AD vota contra a AD e autarquias têm sido derrubadas por esse facto. Recentemente, um Presidente dum Câmara AD acusou o Governador Civil «AD» do distrito de manipular a Assembleia Distrital e de prejudicar o distrito».

Mais adiante, a Direcção Regional do Partido destaca:

«Inversamente, verifica-se que os eleitos da APU nas autarquias aumentam o seu prestígio junto das populações locais, em virtude da sua seriedade, competência e espírito de sacrifício com que cumprem os cargos para que foram eleitos. De eleição para eleição cresce a influência e o número de votos dos candidatos do PCP/APU para as autarquias, de que são exemplos os êxitos das listas APU em Loures e Miragalia.

«Considerando a importância de também na Beira Litoral afastar a incompetência AD das autarquias e dotá-las de gestores verdadeiramente capazes de em ligação constante com as populações locais resolver os seus problemas, a DORBL consi-

derou necessário acelerar todo o processo relativo à selecção de candidatos APU para as próximas eleições, assim como tomar medidas para a APU poder concorrer a todos os órgãos autárquicos da região — Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia — com listas capazes de, pela competência dos seus membros, merecerem a confiança das populações locais. Norteadas por estes princípios, as listas da APU estão abertas à participação dos democratas de outras correntes políticas, nomeadamente socialistas, assim como independentes de reconhecida capacidade e prestígio. Para o efeito, vão realizar-se encontros distritais do PCP, no distrito de Aveiro, a 7 de Fevereiro; em Coimbra a 28 de Fevereiro e em Viseu a 14 de Março».

No quarto e último capítulo do seu documento («Afastar a AD da área do poder»), a DORBL do PCP sublinha:

«A continuação do governo AD no poder significa a continuação da obra de destruição criminosa das grandes conquistas democráticas do nosso povo, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o con-

trola de gestão, conquistas irreversíveis dos trabalhadores portugueses, tal como estão consignadas na Constituição da República que a AD espezinha e pretende destruir.

«A AD pode ser derrubada. A AD deve ser derrubada.

Depois das grandes lutas, manifestações, paralisações e greves nos últimos meses, a greve geral do próximo dia 12 de Fevereiro pode e deve transformar-se numa grande acção nacional de repúdio pela acção subvertida da AD no Governo e numa exigência do seu afastamento definitivo da área do poder.

A Direcção da Organização Regional da Beira Litoral do PCP apela a todos os militantes, a todos os trabalhadores manuais e intelectuais, aos jovens, às mulheres, a todos os portugueses, democratas e patriotas que estão com Abril e querem defender as suas conquistas, a participarem activamente nesta grande jornada.

«Demitir o Governo AD, dissolver a Assembleia da República, convocar eleições antecipadas e formar um governo de gestão, é um imperativo da hora presente para salvar Portugal e a Democracia!»

## A contra-revolução e a Polónia

### ● Debate em Lisboa na próxima 2.ª feira

Por iniciativa conjunta do Sector Intelectual e do Sector de Informação da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, decorrerá na próxima segunda-feira, dia 8, entre as 21 e as 24 horas, no anfiteatro um da Faculdade de Letras, na Cidade Universitária, uma sessão-debate subordinada ao tema «A contra-revolução e a Polónia».

Participarão Carlos Abóim Inglês, membro do Comité Central do PCP, Domingos Lopes, Alberto Vilaverde Cabral e Alice Nicolau.

## Octávio Pato na Amadora

Amanhã realizam-se sessões do Partido na Damaia e Brandosa. A primeira decorrerá na Junta de Freguesia, a partir das 21 horas, com o camarada José Bernardino, membro do CC. A segunda será no pavilhão polivalente da Brandosa, às 21 e 30, com Manuel Pedro, do CC e do Executivo da DORL.

Na próxima segunda-feira, Octávio Pato participa numa sessão a realizar na Sociedade Filarmónica da Amadora, com início às 21 e 30.

## Carnaxide

A análise da actual situação política e a entrega dos novos cartões dos membros do PCP são os pontos mais salientes do plenário que se realiza amanhã, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho de Carnaxide. Participará o camarada Jerónimo de Castro, do CC do Partido, informa-nos o secretariado da organização local do PCP.

## Algés

No próximo sábado, realiza-se no CT de Algés um convívio entre militantes do Partido, no decorrer do qual serão entregues os novos cartões (biénio 82/83). Do programa constam, entre outras, as seguintes iniciativas: acção do Coro Alentejano de Carnaxide e intervenção política pelo camarada Jerónimo de Castro, membro do Comité Central do PCP.

O convívio inicia-se às 21 e 30. Não faltes!

## 4.ª Zona do CLL

A entrega dos novos cartões de membro do PCP é motivo para a realização dos seguintes encontros na cidade de Lisboa: amanhã, freguesia da F5ª Penha de França, no salão da Junta; sábado, freguesia de S. Engrácia, na colectividade «Os Sempre Unidos» e freguesias de S. João e Alto do Pina, no salão da primeira destas Juntas; domingo, freguesia de S. João de Deus, no Centro de Trabalho de Arroios.

## Seguros

O organismo dos trabalhadores comunistas dos Seguros/Lisboa realiza amanhã às 17 e 30 um plenário de militantes também aberto a amigos e simpatizantes do Partido. Participará o camarada José Casanova, suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP. O plenário decorrerá no CT Vitória, na Avenida da Liberdade.

## Célula da CDL «Avante!» e Caminho

Os trabalhadores comunistas da CDL, Avante! e Caminho levam a efeito no próximo sábado, no Centro de Trabalho de Alcântara, em Lisboa, a sua 4.ª Assembleia de Organização. Os camaradas discutirão diversos aspectos relacionados com o reforço do Partido e o melhoramento da actividade organizativa.

A Assembleia tem início marcado para as 14 horas.

## Reformados

A situação política e social estará em debate na reunião aberta a todos os camaradas reformados, que se realizará na próxima segunda-feira, dia 8, por iniciativa do Comité Local de Lisboa (CLL), no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade. A reunião tem início marcado para as 15 horas.

## S. Julião (Figueira da Foz)

No próximo sábado, a partir das 21 e 30, realiza-se uma sessão de esclarecimento do PCP no Centro Popular dos Trabalhadores de S. Julião - Figueira da Foz (bairro da estação). Participará nesta sessão o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

## Reuniões no Algarve

Com o objectivo principal de discutir as conclusões da recente reunião do Comité Central, as organizações do PCP do Algarve vão promover um conjunto de 25 reuniões gerais em vários pontos do distrito de Faro.

Da Direcção Regional do Partido chegaram a informação dos pormenores dessas reuniões. Amanhã, por exemplo, haverá encontros em Tavira, com José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC; em Vila Real de S. António, com Carlos Luis, do CC; em Portimão, com Horácio Rufino, do CC; em Loulé, com J. Martins Lucas, da DORAL; e em Vila do Bispo, com António Pinto, também membro da Direcção Regional do PCP. Todas estas reuniões têm início marcado para as 21 horas.

## Sarilhos Grandes

No próximo sábado, com início às 21 horas, reúnem em Assembleia de Organização os comunistas de Sarilhos Grandes, distrito de Setúbal. O balanço da actividade do Partido na freguesia e a eleição do organismo de direcção (a Comissão de Freguesia) são pontos altos da ordem de trabalhos. No final, intervirá o camarada Manuel Sobral, do Comité Central e da DORS do PCP. A Assembleia decorrerá na AMUT, prestigiosa colectividade de terra.

## Samouco

Realizou-se no passado dia 30 de Janeiro, no salão da Junta de Freguesia a II Assembleia da organização do Samouco.

A assembleia aprovou o relatório da actividade da comissão de freguesia desde 1977, organismo que passou de 7 elementos para 22 e cuja composição social é agora a seguinte: 16 operários, 1 empregado, 1 industrial, 1 estudante e 2 domésticas, sendo 6 mulheres.

Foram ainda aprovadas moções sobre paz e desarmamento; defesa da Constituição; Ano Internacional da 3.ª Idade e sobre a não aplicação da lei das finanças locais. Os delegados aprovaram também uma saudação à realização da Greve Geral do próximo dia 12.

## Intensa actividade na Beira Interior

### ● Amanhã, plenário conjunto das C. Distritais de C. Branco e Guarda

Amanhã, a partir das 10 horas, no Centro de Trabalho da cidade da Covilhã decorrerá um plenário conjunto das Comissões Distritais do PCP de Castelo Branco e da Guarda. Participarão nos trabalhos do importante encontro o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central.

Entretanto, no sábado, às 21 horas, haverá um plenário de militantes no CT da Covilhã, no qual estará presente e intervirá o camarada Carlos Pinhão, do CC. Esta sessão é também aberta a simpatizantes do Partido.

Ainda no sábado, a organização do PCP efectua um plenário de militantes em Loriga (Seia), às 20 horas. O debate sobre o plano de actividades para 1982 e a intervenção do camarada José Pedro Soares constituem pontos importantes da reunião, que decorrerá nas instalações do CT.

### F. Castelo Rodrigo

Hoje, a partir das 21 horas, realiza-se um plenário de militantes comunistas em Figueira de Castelo Rodrigo. Serão entregues os novos cartões do Partido (biénio 82/83), estando também prevista uma intervenção sobre aspectos da actualidade política pelo camarada João Abreu, membro da Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) do PCP.

No domingo, no Centro de Trabalho do Tortosendo, com início às 18 horas, haverá um plenário de militantes com intervenção política de Carlos Pinhão. A iniciativa também é aberta a simpatizantes.

No dia 9, terça-feira, o camarada Armando Morais, membro do Comité Central, participará numa sessão de esclarecimento em Vila Velha de Ródão (Porto do Tejo), às 21 horas.

Realizar Assembleias de Organização Concelhia em Castelo Branco e Covilhã neste ano de 1982 (se possível no 1.º semestre); criar novas células de empresa e melhorar o funcionamento das existentes; constituir Comissões de Freguesia onde o número de militantes o justifique; prosseguir a realização de reuniões para entrega dos novos cartões do Partido; reforçar o funcionamento das Comissões Concelhias e de Freguesia; «melhorando a sua composição social e etária» — estas algumas das principais linhas de trabalho definidas pelos participantes no recente Encontro Distrital de Quadros do PCP de Castelo Branco, que decorreu na cidade da Covilhã, com a participação de 127 delegados dos vários concelhos do distrito de C. Branco. Outras medidas aprovadas: abrir novos CT's; estudar metas de recrutamento organizado em direcção às empresas mais importantes, às zonas de menor influência do Partido e, em particular, aos camponeses, às mulheres e aos jovens; melhorar a ligação ao Partido dos camaradas em actividade em sindicatos, organizações de camponeses, autarquias, organizações de mulheres, de reformados e de colectividades.

## Pinhal Novo constrói Centro de Trabalho

Uma velha aspiração dos comunistas de Pinhal Novo (distrito de Setúbal) — a construção de um Centro de Trabalho do PCP com condições e estruturas adequadas — começou já a ser concretizada e brevemente, com a ajuda e a solidariedade da população, o sonho será mesmo realidade.

No passado dia 23 de Janeiro, cerca de 300 pessoas participaram na primeira jornada de trabalho: simbolicamente, era lançada a primeira pedra do CT. Presentes a camarada Ercília Talhadas, deputada na Assembleia da República e suplente do Comité Central, vereadores comunistas da Câmara de Palmela, dirigentes locais das estruturas populares e recreativas e ainda membros dos seguintes organismos do Partido: Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS), Comissão Concelhia de Palmela e Comissão de Freguesia de Pinhal Novo.

O lançamento da primeira pedra teve um aspecto duplamente simbólico. No dia anterior, aproveitando o bom tempo que se fez sentir, um activo grupo de camaradas tinha já avançado na abertura dos caboucos e na colocação da armação de ferro. No dia 23, os trabalhos prosseguiram e em bom ritmo, tendo-se registado a participação voluntária de 40 camaradas e amigos.

A Comissão do novo CT de Pinhal Novo informa-nos que as futuras instalações do Partido se localizam no Bair-



Ercília Talhadas no lançamento da primeira pedra do novo CT do PCP de Pinhal Novo: «duplamente simbólico»

ro Andrade, junto ao posto médico da Caixa de Previdência. E acrescentam: «Partimos para esta obra com 1700 contos, dinheiro depositado no banco local. E do conhecimento público que este Centro de Trabalho terá três pisos (dois andares). Para que a obra seja concluída é naturalmente necessário mais uns tostões».

Os comunistas de Pinhal Novo lançam também um apelo a todos os comunistas, aos democratas, à população amiga, no sentido da «ajuda na construção com todos os meios ao vosso alcance». «Ao lançarmos esta iniciativa», dizem ainda os ca-

maradas «pensamos que ela irá certamente ter grande eco junto de toda a população, pois estamos convictos que todos compreenderão a necessidade do reforço do PCP, não só a nível local, mas também a nível nacional.

Em diversas ocasiões, a população de Pinhal Novo tem dado provas inegáveis de solidariedade com o PCP. A Comissão do novo Centro recorda, por exemplo, «o trabalho realizado por um grupo de mulheres que, não sendo militantes comunistas, organizaram uma quermesse na «Festa Amiga» que rendeu perto de 50 contos para os fundos do PCP».

## A construção da marina do porto da Horta (Açores)

### ● Comissão da Ilha do Faial do PCP explica o que está em jogo

«Como é do domínio público, a proximidade do início da construção da marina do porto da Horta, obra de exclusiva responsabilidade do Governo Regional, suscitou nos últimos dias um movimento de contestação do qual fizeram eco os meios de Comunicação Social desta ilha e a generalidade da imprensa regional», refere a Comissão de Ilha do Faial do PCP, em nota divulgada recentemente.

O documento assinala a posição dos comunistas açorianos, concretamente dos faialenses, sobre um problema que desde há algum tempo vem fazendo correr muita lã e que até há poucos dias nenhum outro partido se havia pronunciado.

A questão da marina «ganha novos contornos», sublinha a Comissão de Ilha do Faial, que acrescenta tratar-se de «matéria de notória relevância pública», à qual «não devem nem podem ficar alheias as entidades interessadas, os cidadãos no seu conjunto e, naturalmente, as formações políticas cuja defesa dos interesses desta ilha é obrigatória a todo o momento e não apenas quando estão próximos os actos eleitorais».

Embora consideramos que recentes atitudes tomadas por um grupo de pessoas como forma de protesto contra a construção da marina não foram as mais adequadas, «não obstante a boa vontade e sinceridade de algumas delas», a organização do PCP «condena firme e inequivocamente» o Executivo de Mota Amaral que, «na linha da sua orientação e actuação para a Região, confirma no caso da marina do porto da Horta ser um Governo incompetente e anti-popular».

### Duas perguntas ao Governo Regional

A situação que se vive actualmente com a marina da bela cidade da Horta «é o mais acabado e completo exemplo de como o Governo Regional/PSD trata destas coisas» — os assuntos de vital importância para as populações e a Região. A Co-

missão de Ilha do PCP dirige-lhe duas perguntas: «Existe algum estudo ou estudos, da responsabilidade do Governo Regional onde se determinem com rigor as consequências que advirão para o porto da Horta da implantação da marina no local pretendido, nomeadamente no que respeita às questões ligadas ao assoreamento da bacia da doca, sejam elas negativas ou até positivas?»

«O que pensa fazer o Governo Regional/PSD para a resolução de problemas muito importantes do nosso porto como seja o desassoreamento, a construção do parque de contentores, a criação de melhores condições para a varagem das traineiras, a criação de condições para a instalação definitiva do estaleiro naval existente, a regularização do abastecimento de combustível e água à navegação entre muitos outros?»

Falar no plano geral de melhoramentos do porto da Horta, plano que prevê beneficiações ligadas a todos os sectores do porto, não chega. Na prática, o plano a médio prazo 1981/84 (que suscitou grandes problemas em alguns grandes regionais do PSD) apenas contempla para o porto da Horta «obras relacionadas com o sector de recreio náutico, nada estando previsto nos sectores comercial e de pescas, mesmo melhoramentos que não impliquem grandes investimentos».

O governo de Mota Amaral tem vistas curtas. Lembra-se do significativo número de iates que no Verão escalam o porto da Horta, mas «esquece-se» que este tem condi-

## Porto Campanha de difusão do «Avante!» e de «O Militante»

A campanha de difusão do «Avante!» e do «O Militante», que decorre na Organização Regional do Porto desde o início de Janeiro, prolongando-se até Maio, tem registado resultados positivos. Apesar de não ser possível dar desde já números concretos (o que faremos oportunamente), pode-se afirmar que

a primeira fase da campanha apresenta elementos muito positivos. Foram novamente ganhas organizações e militantes para a tarefa da venda e divulgação do «Avante!» e do «O Militante» e são já várias as organizações que aumentam o número de exemplares vendidos. A última reunião de responsáveis de im-

prensa concluiu, entretanto, que é necessário reforçar as linhas de trabalho já estabelecidas, nomeadamente prosseguir a discussão da campanha nas organizações e as metas a atingir. Foi ainda vista a necessidade de destacar responsáveis de imprensa em todos os organismos.

## Assembleias de Organização

A situação política, as tarefas do partido, a entrega de novos cartões, a eleição de organismos de direcção e os planos de trabalho, têm sido tema de inúmeras reuniões e assembleias de diferentes organizações da região do Porto.

No passado fim-de-semana reuniram-se no concelho de Gondomar as camaradas da freguesia do Covelo, de Rio Tinto e também as camaradas que trabalham nas empresas do respectivo concelho. Em Matosinhos, realizaram a sua Assembleia

os comunistas de Leça da Palmeira e em Custóias os camaradas fizeram a entrega dos cartões para o biénio 82/83 durante um animado convívio.

No sector de Serviços, os Seguros e o Comércio, reuniram igualmente as suas assembleias. Também ali a eleição de organismos de direcção, as tarefas do partido, a análise da situação política e o papel dos comunistas na greve geral de dia 12 foram os pontos dominantes da discussão.

## Montijo

No âmbito da actividade preparatória da 2.ª Assembleia da Organização do PCP do Montijo, vão realizar-se os seguintes plenários de militantes:

Amanhã, às 21 e 30, activistas do movimento associativo e desportivo, no CT concelhio do Montijo; sábado, às 15 horas, Comissão Local dos Aforesos (Canha), em casa do camarada Joaquim Lopes e às 21 e 30, célula da Rodoviária Nacional, no CT do Montijo.

No dia 13 realiza-se no mesmo Centro de Trabalho a Assembleia do sector corticeiro e no dia 20 a Assembleia da Freguesia de Canha.

## Alcochete

No próximo dia 14 decorrerão os trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alcochete. A iniciativa começa às 9 e 30.

## Célula da CML

Os trabalhadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa (CML) levam a efeito no próximo domingo, no CT de Alfama, uma Assembleia de Organização da sua célula. Objectivos: fazer o balanço da actividade, discutir e perspectivar o trabalho futuro e eleger o novo organismo de direcção. O camarada José Casanova, da direcção do Partido, falará sobre a situação política. Convívio com canto e poesia encerrará a Assembleia. O início dos trabalhos está marcado para as 10 horas.

## Terra

# Lavoura ultima preparação da Semana Nacional de Protesto

● Elevada adesão e dezenas de iniciativas marcadas

Tudo aponta para que a Semana Nacional de Reclamação e protesto da Lavoura, a decorrer entre os dias 7 e 14 próximos, por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), constitua «uma grande jornada de acções de agricultores — as palavras são daquela organização — que com dignidade e firmeza sabero protestar e reclamar a salvação da lavoura nacional».

Nesse sentido estão programadas de Norte a Sul do país, algumas dezenas de realizações promovidas por agricultores e suas organizações que assim manifestarão o seu profundo descontentamento pela grave situação de ruína e miséria que se vive nos campos.

Tais dificuldades e problemas resultam, como temos

referido em números anteriores, não apenas da total incapacidade e incompetência do Governo na resolução desses mesmos problemas, como também, e sobretudo, da própria incorrecção (quantas vezes ausência) da sua política agrícola.

É pois, cientes da sua força e da justiça das suas reclamações e com o objectivo de inverter esta política e exigir medidas de apoio que permitam o desenvolvimento da nossa agricultura, que os agricultores numa grandiosa mobilização nacional farão ouvir durante a semana de 7 a 14 a voz do seu protesto, nomeadamente contra os aumentos dos factores de produção e outros encargos como sejam o gasóleo, rações, adubos, máquinas e assistência médica e medi-

camentos; por um forte apoio financeiro com créditos simples e desburocratizados, pagamento de dívidas e indemnizações, bem como actualização e pagamento para os produtos agrícolas (gado, leite e vinho); pelo escamoteamento das madeiras queimadas a preços justos e pagamento das indemnizações aos produtores atingidos pelo fogo e garantia de reforestação; em defesa da Lei dos Baldios e das suas receitas; em defesa da produção nacional, contra as importações desnecessárias.

Dado o seu elevado número, anunciaremos apenas algumas das iniciativas marcadas até ao dia 11, data da nossa próxima edição. **Dia 7:** Brava (Braga), plenário concelhio; **Soutosa (Viseu),** homenagem a Aquilino Ribeiro; **Montemor-o-Velho,** reunião

do MAPRU; **S. Bartolomeu de Messines (Faro),** plenário. **Dia 8:** Ponte de Lima, plenário; **Mencorvo (Bragança),** concentração de produtores de amêndoa; **Soure,** concentração de rendeiros; **Vila Nova de Poiares,** concentração; **Caldas da Rainha,** concentração; **Meda (Guarda),** concentração; **Alenquer,** concentração. **Dia 9:** Lousada, plenário; **Vale de Cambra,** ida de Baldios à Câmara; **Viseu,** concentração; **Condexa-a-Nova,** concentração. **Dia 10:** Chaves, plenário; **Boticas (Vila Real),** ida à Câmara; **Coimbra,** concentração distrital; **Faro,** concentração. **Dia 11:** Barcelos, plenário; **Balão, Santa Marinha do Zêzere (Porto),** plenário; **Lamego,** concentração; **Anseriz (Arganil),** ida à Câmara.

## Domingo, em Soutosa Homenagem dos Povos e Baldios a Aquilino Ribeiro

A homenagem ao escritor Aquilino Ribeiro, a realizar no próximo domingo, em Soutosa, concelho da Moimenta da Beira, continua a suscitar um grande entusiasmo e a registar um número crescente de adesões quer dos Conselhos Directivos dos Baldios (CDBs), quer de diversos meios artísticos e populares.

A Comissão Promotora da Homenagem pretende desta forma honrar a memória do autor que no seu livro «Quando os Lobos Ultram» soube descrever e imortalizar a luta heróica dos povos serranos em defesa dos seus baldios contra aqueles que (serviços florestais e governantes) lhes pretendiam roubar.

De entre os muitos CDBs que decidiram publicamente associar-se à homenagem contam-se os de Namoros, Ribeira de Ester, Ester de Cima, Moinho Velho, Granja, Mós, Almofala e Sareginhas. Também o compositor Fernando Lopes Graça e o juiz corregedor Anibal Aquilino Ribeiro, filho do escritor, deram já o seu inteiro apoio a esta iniciativa.

No sentido de ajudar a cobrir as enormes despesas desta realização, diversos CDBs têm contribuído com verbas, designadamente o de Lousã que ofereceu 20 mil escudos; o de Vinhó, dois contos; o de Colmeal e Carva-

inhos com mil escudos cada; e ainda seis contos pelo de Sareginhas.

Entretanto, está já pronto um busto de Aquilino Ribeiro, da autoria do escultor Jorge Vieira, a inaugurar no decorrer da homenagem.

Com esta Homenagem, os Povos e Compartes pretendem também reafirmar o seu apoio à Lei dos Baldios (Leis 39/76 e 40/76) e repudiar todas as tentativas que visam a sua alteração ou revogação.

O programa da Homenagem terá início às 11 horas do dia 7 com uma salva de morteiros a que se seguirá, meia hora de-

pois, a inauguração solene do monumento ao escritor.

Depois do almoço, marcado para as 12.30 horas, terá início um espectáculo no qual actuará o Grupo Etnográfico da Graheira, o Grupo Etnográfico e Folclórico de Penadeno, o Grupo Musical os Caminhinhos de Coimbra e a Sociedade Filarmónica da Eira Queimada.

A anteceder a segunda parte do espectáculo, em que participarão outros grupos e artistas, serão proferidas várias intervenções de dirigentes da lavoura e apresentadas as reclamações dos Conselhos Directivos dos Baldios e dos Povos.

## Agrícolas desempregados exigem o fim da sabotagem e das ilegalidades

Para exigir o «fim da ofensiva contra a Reforma Agrária» e a imposição de medidas urgentes que ponham termo à «sabotagem económica praticada pelos agrários sabotadores e destruidores da economia nacional sob comando do Governo AD», deslocou-se a Lisboa, na passada semana, uma delegação de 800 trabalhadores da Reforma Agrária no desemprego, em representação dos mais de 20 mil que se encontram naquela situação nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.

Constituída na sua grande maioria por mulheres (representam cerca de 90 por cento do total de desempregados), a delegação foi portadora de um abaixo-assinado com 7 mil assinaturas que entregou à Comissão



parlamentar de Agricultura e Pescas, tendo ainda audiências com os Grupos Parlamentares do PS, PCP, MDP/CDE e UEDS, a quem entregaram um memorando que também seria entregue à ASDI e ao PSD. «A luta continua, Balsemado para a rua», «Trabalho e pão sim, desemprego não» e «Terras abandonadas não, Avante com a Reforma Agrária», foram algumas das palavras de ordem mais insistentemente gritadas pelos presentes em frente à Assembleia da República. No decorrer da concentração usou a palavra Mário Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora. Na sua breve intervenção aquele dirigente sindical sublinhou a dado passo a exigência de que «todas as terras sejam cultivadas e postas a produzir e que todos aqueles que as mantêm abandonadas, sejam obrigados a alugá-las aos trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, rendeiros e sereiros sem ou com pouca terra».

## Agricultores de Setúbal apoiam Semana de Protesto

«A agricultura do distrito de Setúbal vive horas de amargura», esta a conclusão a que chegaram os dirigentes dos seis organizações da lavoura do distrito de Setúbal, após uma reunião recentemente realizada no Póceiro (Palmela), na qual debateram as medidas a tomar contra a ruína de que os pequenos e médios agricultores estão a ser vítimas.

Os presentes constatarão que os baixos preços pagos à produção e os elevados preços a que estão o gasóleo, os pesticidas e os adubos não lhes permitem cultivar como é seu desejo.

## Delegação do PCP no Congresso do PCF

A convite do Comité Central do Partido Comunista Francês, partiu para Paris uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, composta por Fernando Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e Maria da Piedade Morgadinho, membro do CC.

Esta delegação representará o PCP no 24.º Congresso do PCF que decorre de 3 a 7 de Fevereiro em St. Ouen.

Entretanto, em representação do PCP, António Abreu, membro suplente do CC, encontra-se desde 28 de Janeiro em Viena, na Áustria, para participar numa Conferência Internacional denominada «Diálogo para o Desarmamento e o Desenvolvimento».

Participam nesta Conferência personalidades e representantes da vida política, social, cultural e religiosa de todo o mundo.

«Os produtores de gado têm prejuízos atrás de prejuízos. Nos suínos cada agricultor perde entre 1200 a 1500 escudos por cabeça de porco. Enquanto isso, os intermediários, os industriais de carne e os industriais das fábricas de rações continuam a encher-se à grande e à francesa», salienta a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do concelho de Palmela.

Depois de enumerarem os prometidos subsídios do Governo que os agricultores e produtores ainda estão à espera de receber como sejam o subsídio de gasóleo, o subsídio aos produtores de arroz do Val do Sado, aos produtores de laranja queimada em Melides (Grândola), aos produtores de frangos mortos pelos calores do verão passado, o subsídio de transportes aos sereiros de tomato de Alvalade do Sado e às Associações de furos de água, os participantes na reunião sublinharam que por todas estas razões não podem ficar indiferentes e por isso «as organizações da lavoura do distrito de Setúbal apoiam a Semana de Reclamação e Protesto da Lavoura, promovida pela CNA».

Entretanto, estão a ser marcadas reuniões e plenários nos vários concelhos do distrito e está a circular um abaixo-assinado entre os agricultores para ser entregue no dia 15 na Assembleia da República, subscrito pelas Ligas de Palmela, Moita, Montijo e pela Assembleia de Rendeiros e Sereiros de Santiago do Cacém.

## Novo preço do leite não cobre os custos de produção

Contrariamente ao que o ministro Basílio Horta havia prometido, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) nem sequer foi ouvida a propósito do novo preço do leite ao produtor decretado pelo Governo. «Mais uma vez são desprezadas as justas reclamações da lavoura e sacrificados os interesses dos produtores», considera a direcção daquela organização em comunicado recentemente tornado público.

A CNA lembra que já na Primavera passada os produtores reclamavam 20 escudos para o leite da classe «A», numa altura em que os custos de produção, segundo cálculos do seu Departamento Técnico apontavam para um custo de produção da ordem dos 19560. Ora, com os sucessivos aumentos dos adubos, do gasóleo, da electricidade, das sementes das forragens, com o agravamento dos encargos com máquinas, instalações e equipamentos, bem como os preços de ruína do gado nas feiras, é fácil fazer contas e concluir que o novo preço de 18370 para o leite com 32 por cento de gordura fica muito aquém dos reais custos de produção.

Face a esta situação de verdadeiro estrangulamento da produção leiteira que não serve os interesses dos agricultores nem da economia do país, a CNA apela a todos os produtores e às suas organizações para que, «por todos os meios», façam ouvir a sua voz e designadamente participem na Semana de Protesto que decorrerá entre 7 e 14 próximos.

## Encontro da Lavoura do distrito do Porto

Integrado na Semana Nacional de Protesto, várias organizações da lavoura do distrito do Porto convocaram para o dia 14, às 14.30 horas, na Faculdade de Economia, um Encontro de Organizações da Lavoura e de Agricultores do Distrito.

No documento que convoca o encontro, subscrito pela Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, Casa do Povo da Sta. Marinha do Zêzere, Casa do Povo de Penafiel, Comissão dos Produtores de leite e carne de Matosinhos, Liga de Agricultores de Matosinhos, Conselho Directivo dos Baldios de Aboadela, e Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte, lê-se nomeadamente:

«O governo diz que é preciso desenvolver a agricultura. Diz que é preciso aumentar a produção. E o que é que faz? Sobretudo os preços dos adubos e do gasóleo. São anunciados novos aumentos de preços para as rações, os pesticidas, as sementes e já se fala em novo aumento do gasóleo. É anunciada a importação da batata. Não paga o subsídio de gasóleo. Torna o crédito cada vez mais difícil e mais caro. O gado e o leite mantêm preços de ruína».

Assim, segundo a convocatória divulgada, no Encontro os agricultores do distrito do Porto discutirão e aprovarão o seu caderno de reclamações e as acções a tomar para defesa dos seus interesses.

## Camaradas falecidos

### Marco Magalhães

Militante muito dedicado ao Partido e estimado por quantos com ele trabalhavam e conviviam, faleceu na passada segunda-feira no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, o camarada Marco António Abreu Magalhães. Pertencia ao Organismo dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa do PCP.

### Nazário Moldão

Membro da organização do Partido no concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança,

faleceu, com 60 anos de idade, o camarada Nazário de Jesus Moldão.

### José Teixeira

Com 71 anos, faleceu o militante comunista José Manuel Teixeira (Couceiro) que pertencia à organização de freguesia de França do PCP, concelho de Bragança.

### Américo Santiago

Faleceu o camarada Américo Santiago que era membro da Comissão de Freguesia do Lavradio (Barreiro) do PCP.

## Poder local

## Eleições autárquicas 82 Em Castelo Branco trabalha-se com entusiasmo

A análise de assuntos ligados à vida das autarquias e a definição de perspectivas para as eleições autárquicas deste ano foram pontos em foco no Encontro Distrital de Quadros do PCP de Castelo Branco, que decorreu na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na cidade da Covilhã, com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central.

Das conclusões a que chegou o debate desenvolvido no En-

contro a propósito de questões autárquicas salienta-se o estudo com as populações respectivas e seus órgãos autárquicos da passagem de Tortosendo e Alcanais a concelhos; de Unhais da Serra e Aldeia do Carvalho a vilas; e de Lenticais (lugar de C. Branco) a freguesia.

Em relação às próximas eleições foi decidido concorrer em listas APU a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e a todas as freguesias de Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Ida-

nha-a-Nova e Vila Velha de Ródão. No conjunto do distrito, a APU apresentará listas em 119 freguesias (77 por cento do total). Em 1979, a «Povo Unido» apenas se candidatou em 65 freguesias (54,5 por cento).

No Encontro foi reafirmado o empenho dos comunistas para que a APU possa obter vitórias na Câmara de Belmonte e nas Freguesias de Aldeia do Carvalho, Alcaide e Maçainhas. Outras perspectivas: aumentar de um para dois os vereadores da

APU nas Câmaras de Castelo Branco, Covilhã e Vila Velha de Ródão; eleger pela primeira vez um vereador para as Câmaras do Fundão e de Idanha-a-Nova; aumentar o número de eleitos em todas as Assembleias Municipais e de Freguesia; e manter as Juntas de Freguesia APU em Unhais da Serra, Tortosendo, Sarzedo, Belmonte e Oledo.

Finalmente, ficou marcado para 28 de Março um Encontro de Quadros a nível distrital com vista à preparação das próximas eleições.

## PSD na Madeira foge ao debate com a APU

Mais de mil pessoas participaram no passado domingo em St. Cruz, Região Autónoma da Madeira, num comício da APU realizado em substituição de última hora de um debate público entre representantes do Povo Unido e o presidente da Câmara local, eleito do PSD.

Como se torna fácil adivinhar o «debate que não houve» ficou a dever-se à ausência de uma das partes, ou seja, do eleito PSD.

É evidente que se pode especular sobre as razões que terão motivado a ausência — ou será melhor dizer fuga ao debate público? — mas uma pode desde já ser posta de parte: o desconhecimento da iniciativa. Com efeito a APU providenciou para que tal não acontecesse, enviando o convite por escrito. A hora matinal da iniciativa (9.30h) também não a justifica dados os hábitos locais, reflectidos de resto na numerosa assistência presente no local.

Assim, e por exclusão de partes, chega-se à conclusão plausível de que o presidente da Câmara de St. Cruz não está minimamente interessado em responder em público a questões de interesse da população, nem

se deve sentir muito à vontade quanto a certas questões que dizem respeito à sua gestão e suscitam dúvidas em muita gente.

Questões que foram de resto o tema do comício da APU: ilegalidades e corrupção na Câmara de St. Cruz; demagogia da campanha eleitoral (já iniciada) de Alberto João Jardim e respectivo Governo Regional, que passa entre outras coisas pela distribuição de dinheiros às freguesias; situação política geral e gestão autárquica; e algumas perguntas para as quais se espera resposta, como por exemplo que medidas tomou ou vai tomar a Câmara de St. Cruz no que respeita à população desalojada pela construção do aeroporto.

Como se vê o tema proposto para debate era interessante e matéria não faltava como provaram os representantes da APU José Coelho, José Anibal Barbosa, Ana Nunes e Deolinda Santos.

Foi pena que o presidente da Câmara de St. Cruz tivesse faltado. É que a partir de agora não há de faltar quem pense e diga que o PSD tem medo de responder à APU e à população...



## Encontro na Amadora de Comissões de Moradores

Comissões de Moradores do concelho da Amadora reuniram-se no passado sábado na Junta de Freguesia da Mina para balanço da actividade desenvolvida e análise das perspectivas de trabalho futuro. As quatorze Comissões de Moradores representadas no Encontro discutiram também formas de funcionamento e ligação com as autarquias locais e a necessidade de criação de estruturas de coordenação entre os órgãos populares de base.

No decorrer dos trabalhos foi eleita uma Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores do concelho da Amadora.

Os participantes no Encontro discutiram ainda o Plano de Actividades da Câmara Municipal para o corrente ano, as implicações do não cumprimento integral da Lei das Finanças Locais e as questões relacionadas com a Revisão Constitucional. Dos documentos aprovados sobre estas três matérias salienta-se a adesão das Comissões de Moradores do concelho da Amadora à Convenção Democrática.

Entretanto está marcado para o próximo sábado, dia 6, um encontro unitário das diferentes organizações populares que integram o Conselho Municipal da Amadora.

A reunião, que se inicia às 15 horas no salão da Câmara Municipal, destina-se ao debate de questões específicas do concelho e análise da política ruína da AD.

## Reformados em luta

Por iniciativa da Comissão Distrital de Santarém dos Reformados realiza-se amanhã, sexta-feira, às 16 horas, uma concentração de reformados junto ao Governo Civil de Santarém.

Esta concentração está inserida na grande jornada de luta que o MURPI leva a efeito por todo o país no mesmo dia, e que tem como principal objectivo a reivindicação da satisfação imediata do Caderno Reivindicativo do MURPI.

No âmbito da preparação desta iniciativa foram realizadas reuniões em várias localidades do distrito de Santarém (Entroncamento, Torres Novas, Alcanena, Alpiarça, Almeirim, Couço), sendo de salientar o elevado número de presenças e o repúdio generalizado pela política do Governo AD, designadamente no que toca aos problemas dos reformados.

Os reformados do Porto concentram-se por sua vez junto ao Governo Civil daquela cidade no próximo dia 10, onde protestarão contra as reformas de miséria e apresentarão o seu caderno reivindicativo. Também no norte os plenários de reformados têm registado grande participação, como aconteceu no último sábado em Vila do Conde, onde compareceram cerca de cem reformados.

## Eleições em Marialva

Realizam-se no próximo dia 4 de Abril eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Marialva, no concelho de Meda, distrito da Guarda. As novas eleições foram provocadas pela demissão da maioria dos eleitos da Assembleia de Freguesia, na sequência das constantes denúncias feitas pelo eleito da APU dos problemas e irregularidades cometidas pela AD na Junta de Freguesia.

Em comunicado recente sobre a situação a Aliança Povo Unido de Marialva dá conta das permanentes «lutas de comadres» no seio da AD naquela freguesia, que provocaram «demissões sucessivas de uns e entradas de outros, traduzindo-se no inevitável adiamento da resolução de muitos dos problemas da Freguesia».

Como muitas vezes denunciou o único eleito da APU, o compadrio, a corrupção, a colocação dos interesses pessoais acima dos interesses da freguesia, a acção prepotente, arbitrária e ditatorial do presidente da Junta acabaria por provocar a divisão mesmo no seio da maioria. Foi o que sucedeu.

Outra coisa não era sequer de esperar com um presidente de Junta que toma posições em nome da Assembleia; que se lhe substitui mesmo no envio de correspondência sem ao menos dar conhecimento aos seus pares; que desrespeita as decisões do órgão deliberativo; que evita que a freguesia reciba verbas de que necessita por puro desleixo; que coloca interesses pessoais e de família acima do interesse da população, como sucedeu no alinhamento de ruas.

A proposta da APU para a necessidade de novas eleições acabou por ser aceite. Até ao novo acto eleitoral muito há a fazer em matéria de esclarecimento da população para que os seus próximos eleitos sejam mais dignos, honestos e competentes.

## Que se passa no Entroncamento?

A Assembleia de Freguesia do Entroncamento, de maioria PS, deixou de funcionar em meados do ano passado devido ao desinteresse e demissionismo dos eleitos do PS e PSD.

Como denuncia a APU em comunicado sobre o assunto, tudo começou quando em Abril o presidente PS entregou o pedido de suspensão do mandato por seis meses e em seguida o pedido de renúncia. Seguiu-se o 1.º secretário, também PS, que se demitiu em Junho. De então para cá os restantes elementos do PS e PSD não voltaram a comparecer às sessões da Assembleia de Freguesia pelo que (tal como em 1981) ainda nem sequer foi aprovado o Plano e Orçamento da freguesia para o ano em curso.

Perante esta situação a APU decidiu exigir junto das entidades competentes a tomada de medidas que reponham a legalidade, de modo a que os interesses da população sejam defendidos.

distrito do Porto, concentrar-se-ão no próximo dia 11, às 16 horas, frente ao Governo Civil nesta cidade, protestando contra a situação insustentável decorrente do aumento de custo de vida e a política deste governo.

Várias outras reuniões de mulheres se realizaram no passado fim de semana, designadamente em Freamunde e Vila do Conde. O aumento dos preços nos serviços de saúde tem merecido particular condenação. Abaixo-assinados de protesto circular nestas zonas.

### Concentração no Porto

As mulheres do Porto, conforme decisão do recente encontro de actividades das CUMS do

distrito do Porto, concentrar-se-ão no próximo dia 11, às 16 horas, frente ao Governo Civil nesta cidade, protestando contra a situação insustentável decorrente do aumento de custo de vida e a política deste governo.

Expressando o sentimento de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» apresenta aos familiares dos camaradas falecidos as mais sentidas condolências.

# SEMANA Internacional

27 Quarta-feira

O ministro dos NE soviético, Andrei Gromyko, declara a partida de Genebra que Washington não pretende negociar a redução de armas estratégicas, responsabilizando a administração norte-americana pelo bloqueio das negociações. Na Turquia, onde continuam detidas sem julgamento 30 000 pessoas, prosseguem os julgamentos políticos de outros 40 000 encarcerados pela ditadura militar que esmagou o país. A organização da juventude do SPD (partido governamental da RFA) anuncia a sua oposição à decisão da NATO em instalar na Europa mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance. Segundo dados oficiais divulgados em Madrid, os preços e o desemprego aumentaram em Espanha nos últimos meses de 1981, mantendo-se tais «perspectivas» para este ano. Uma comissão da CEE comprova, no sul de Angola, os crimes cometidos pelas tropas racistas sul-africanas contra o povo angolano. Anastasio Peponis, ministro grego da Indústria e Energia, afirma em Atenas que o governo do seu país tenciona nacionalizar as empresas de refinaria e petroquímicas pertencentes à companhia Exxon Oil.

28 Quinta-feira

Seis aviões «Fouga Magister», oito aviões «Ouragan», oito helicópteros «Iroquois», seis aviões C-47 de transporte de tropas e uma peça DCA são destruídos pela guerrilha salvadorenha, FMLN, numa acção desferida ontem de madrugada e hoje confirmada pelo próprio ministro da Defesa da Junta fascista do país; o ataque, desferido contra o aeroporto militar de Ilopango, próximo da capital, destruiu, segundo os guerrilheiros, 70% da força aérea de que dispõe a Junta. O Conselho de Segurança da ONU decide convocar uma sessão extraordinária de emergência para examinar a questão da anexação por Israel do território sírio ocupado dos Montes Golan. A polícia italiana liberta o general norte-americano James Lee Dozier, raptado pelo grupó terrorista das «Brigadas Vermelhas»; o general era guardado por cinco terroristas, que foram presos. A concorrência dos produtos agrícolas da Espanha e da França continua a provocar incidentes na fronteira entre os dois países, opondo agricultores franceses a camionistas espanhóis que transportam os produtos do seu país para a França.

29 Sexta-feira

Joseph Luns, secretário-geral da NATO, considera que a diferença «entre os generais polacos e os generais turcos é a mesma que distingue os traidores dos patriotas», concluindo a propósito dos tortionários turcos que mantêm o país sob violenta repressão desde o golpe de Estado que desencadearam a coberto da NATO, que estes «restauram o sentido nacional e a segurança individual». O compositor grego Mikis Theodorakis, que é deputado independente pelo Partido Comunista no parlamento grego, afirma que o seu povo quer que a Grécia saia da NATO e se torne numa ponte entre o Ocidente e o Leste. Segundo a agência palestina Wafa a repressão pelo Exército e a polícia contra os manifestantes que se opõem à política do presidente do Sudão, Jaafar Numeiry, já provocaram dezenas de mortos e feridos, para além de inúmeras prisões. A Arábia Saudita exorta os EUA a reconhecerem o papel fundamental da OLP na solução do conflito do Médio Oriente.

30 Sábado

Pierre Mauroy, primeiro-ministro francês, e o chanceler da RFA, Helmut Schmidt, pronunciam-se unanimemente em Bonn, onde se encontram reunidos, contra as exigências norte-americanas de «sanções económicas» contra a URSS e a Polónia a pretexto da situação neste último país. A Índia e o Paquistão iniciam conversações preliminares com vista à eventual elaboração de um tratado de não-agressão e para a discussão de vários assuntos de interesse bilateral. Enquanto os tribunais marciais turcos pedem a aplicação de mais 42 penas de morte sobre sindicalistas presos, a administração de Ronald Reagan conclui um acordo de rearmamento e modernização das FFAA turcas.

31 Domingo

O MPLA/Partido do Trabalho lança em Luanda, nas vésperas do 21.º aniversário do início da luta armada de Libertação Nacional, um apelo ao país a favor da luta contra o subdesenvolvimento económico e pela vitória do socialismo científico em Angola. O dirigente palestino Yasser Arafat critica a atitude do governo francês para com o Médio Oriente e afirma que a projectada visita do presidente François Mitterand a Israel poderá ser inoportuna. A revista norte-americana «Progressive» revela que os planos elaborados pelo Pentágono para um eventual conflito na Europa prevêem «uma rápida troca de golpes nucleares» seguido do uso de «armas convencionais», incluindo as armas químicas.

1 Segunda-feira

Apesar dos protestos de alguns congressistas e grupos de Direitos Humanos nos EUA, a administração Reagan defende no Congresso planos de auxílio militar à Junta fascista de El Salvador. Passa a ter existência oficial a confederação oeste-africana de Senegâmbia, criada em Dezembro último pela assinatura de um tratado entre o Senegal e a Gâmbia. O programa de televisão difundido ontem pelos EUA contra a Polónia (em promovido directamente pela administração Reagan) foi considerado pela generalidade dos órgãos da comunicação social da Europa ocidental como um fiasco e um golpe de propaganda norte-americana; segundo os cálculos da TV suíça que, como outras cadeias de TV apenas transmitiu parte do programa, a audiência foi cerca de 1% (um por cento) dos espectadores potenciais.

2 Terça-feira

Durante a sessão de emergência que actualmente decorre sobre a anexação pelos sionistas dos Montes Golan, pertencentes à Síria, o Kuwait defende que a Assembleia Geral da ONU imponha um embargo de armas contra Israel. O ministro iraní dos NE, Behard Nabavi, anuncia em Teerão que o governo do Irão intentou cerca de 1500 acções civis contra os EUA num valor total de 32 mil milhões de dólares, que foram entregues ao tribunal de arbitragem de Haia. O departamento de Estado norte-americano anuncia que os EUA vão enviar auxílio militar de urgência para El Salvador no montante de 55 milhões de dólares, para substituir os helicópteros e aviões destruídos a semana passada pelos guerrilheiros que combatem a junta fascista.

**Efeméride da Semana** — A 27 de Janeiro de 1937 morre o dirigente comunista italiano António Gramsci; gravemente doente, encerrado nos cárceres fascistas de Mussolini desde Agosto de 1931, este só autorizaria a sua transferência para uma clínica quando era demasiado tarde.

## Internacional

# 4 de Fevereiro — desenvolvimento económico é palavra de ordem em Angola

Comemora-se hoje um novo 4 de Fevereiro em Angola. Em vésperas do 21.º aniversário do início da luta armada de Libertação Nacional em Angola — que iniciou um processo que decisivamente contribuiu para a libertação do povo angolano da opressão colonialista e a reconstrução do país numa perspectiva socialista — o MPLA-Partido do Trabalho lançou um Apelo pela luta contra o subdesenvolvimento económico e pela vitória do socialismo científico em Angola.

O documento do Bureau Político do MPLA-PT destaca a necessidade do arranque da economia nacional, a eliminação dos factores básicos do subdesenvolvimento, «para uma melhoria do nível de vida da população». E afirma — «A organização económica impõe obrigatoriamente a unidade entre a tomada de decisões, a execução e o seu controlo», ou seja, um estilo de trabalho revolucionário. De par com a promoção de um grande esforço no sector económico, o MPLA-PT realça a necessidade de vigilância revolucionária, para isso anunciando que «serão criadas,

Não faltam neste momento problemas a Angola. As próprias resoluções do Bureau Político do MPLA-PT destacam os mais importantes: subdesenvolvimento económico, indisciplina no trabalho, criminalidade, a acção sistemática da «contra-revolução». Problemas em grande medida condicionados pela realidade da permanente ofensiva armada por parte da África do Sul, ou por ela directamente apoiada, de que Angola é vítima, obrigando a concentrar na defesa esforços indispensáveis à reconstrução nacional. Entretanto, apesar das dificuldades reais — com reflexos directos ao nível das populações, nomeadamente pelas carências no abastecimento dos mercados — muito tem já sido feito para o desenvolvimento do país.

Alguns exemplos dispersos. Actualmente estão a ser criadas no campo cooperativas agrícolas, sendo tarefa futura a

transformação do sector cooperativo principal produtor agropecuário. Já foram criadas 300 cooperativas e 3560 associações camponesas, englobando em 1981 a participação de 1,5 milhões de trabalhadores agrícolas. Um outro êxito importante no domínio da agricultura foi a recuperação dos bananais e dos cafezais (2000 dos 2300 existentes tinham sido abandonados numa acção de sabotagem visando minar a indústria do café, uma das mais importantes fontes de divisas do país). Também a nível industrial se têm concretizado alguns êxitos assinaláveis. De 1978 a 1980 a produção da indústria mineira cresceu 450 por cento e a manufacturária 60 por cento. Em 1981, mais de 40 por cento da produção industrial salu das empresas do sector estatal. Trata-se sem dúvida de números que se reportam a uma débil base de partida — uma economia em grande parte destruída — mas que reflectem a tendência positiva do desenvolvimento económico do país. Desenvolvimento que implica uma ampla participação popular — domínio em que se estão igualmente a registar êxitos: segundo informou o Departamento de Emulação Socialista da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), a participação na campanha da Emulação Socialista é neste ano de 1982 a maior de sempre. Estão inscritos 520 empresas e centros de trabalho, destacando-se a Cerâmica Angolana (Benguela), a Cimagola (Luanda) e a Unicerâmica (Luanda), o ramo da construção e habitação, a Siderurgia Nacional (Luanda), a Enacma (Luanda, quinze minas de diamantes da Luanda Norte) e os Estaleiros da Sorefame (Lobito). Grande participação igualmente das empresas de pesca.

## Saudação do PCP

Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e do povo português, o Comité Central do Partido Comunista Português, saúda calorosamente o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho por ocasião do 21.º aniversário do início da luta armada levada a cabo pelo povo irmão angolano sob a direcção do MPLA.

Tal como nessa histórica ocasião, os comunistas portugueses estão hoje também firmemente ao vosso lado na luta que travais em defesa da integridade territorial da RPA, contra a criminoso invasão militar dos racistas sul-africanos, pela reconstrução nacional, pela organização económica, pela construção da sociedade socialista na vossa pátria.

Lutando por uma política de paz e amizade com todos os povos e por uma política de diversificação das relações externas de Portugal, no quadro das quais as relações de Portugal com a RPA desempenharão um importante papel, o PCP condena e combate a política de sistemática hostilidade do governo «AD» para com a RPA e a revolução angolana, de subserviência ao imperialismo norte-americano, contrário aos interesses do povo português e de Portugal.

O PCP, nesta ocasião, realinha a sua firme disposição de continuar a actuar para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação fraternal existentes entre o PCP e o MPLA-PT, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse do desenvolvimento das relações entre os dois povos e países, da causa da paz, do progresso social e do socialismo.

O Comité Central do Partido Comunista Português



A batalha da produção é uma batalha vital para Angola. O presidente José Eduardo dos Santos numa plantação

## O estilo «made in» EUA

Em entrevista concedida numa breve passagem por Moscovo, o ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Nicarágua, Miguel D'Escoto Brockmann, afirmou, referindo-se às perspectivas das relações entre a Nicarágua e os Estados Unidos: «Em Washington, Alexander Haig falava sobre a possibilidade de melhorar as relações com Manágua, mas para fazê-lo citou uma série de rigorosas condições. O secretário de Estado reivindicou que a Nicarágua garantisse um «processo democrático» à norte-americana, renunciasse à cooperação com a URSS e Cuba e deixasse de reforçar a sua capacidade defensiva. Por outras palavras, o estadista norte-americano interveio nos nossos assuntos internos».

Já este ano o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, denunciou em Paris, depois de um contacto com o subsecretário de Estado norte-americano, Chester Crocker, o primeiro contacto a nível oficial entre os governos dos dois países, que os Estados Unidos têm colocado como condição prévia para a normalização das relações com Angola, a retirada das tropas cubanas que se encontram em território angolano a pedido do seu governo, para fazer face ao terrorismo e às agressões armadas por parte da África do Sul, com o multiforme apoio de Washington. Dois casos apenas entre muitos outros que indicam o estilo político dos EUA. O estilo da ingerência e do apoio às forças mais reacionárias, quando no poder, ou quando em oposição a um poder democrático. O estilo da chantagem. A Nicarágua tem um regime progressista que, como é óbvio, não agrada a Washington? Pois a Casa Branca arma mercenários contra este país, utilizando o território de países limítrofes com governos reacionários para possíveis agressões militares, afirma simultaneamente que aí se violam os «direitos humanos», que como todos sabemos eram primorosamente respeitados sob a ditadura de Somoza, apoiada pelos EUA e impõe como condição para a normalização das relações a renúncia da Nicarágua à realidade política que o seu povo conseguiu impor pela força das armas e do sangue de muitos dos seus filhos, contra uma ditadura apoiada pela Casa Branca. O povo de El Salvador bate-se contra o regime imposto por um golpe militar? Washington apoia tal regime com armas e dinheiro e manobras diplomáticas. Em nome da «democracia», claro está. As relações com Angola ficam dependentes da renúncia do povo angolano à opção socialista afirmada pelo movimento (hoje partido) que o conduziu à libertação, pela renúncia à de-

## Discriminação racial «AD» é contra em teoria — e na prática?

Foi aprovada na Assembleia da República a Proposta de Resolução para a adesão de Portugal à «Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial» adoptada pela Assembleia Geral da ONU e em vigor desde 1969.

Ao dar o seu voto aprovativo, o Grupo Parlamentar do PCP, através de uma declaração proferida pela camarada Maria Alda Nogueira, salientou a adesão dos comunistas a toda e qualquer política racista e destacou, simultaneamente, o carácter contraditório entre convenções assinadas pelo actual governo AD e a sua prática política, concluindo que «a aplicação integral e o respeito por Portugal dos princípios consagrados nesta Convenção exige um Governo democrático e uma política democrática, o que só pode ser alcançado com o afastamento da AD da área do Governo, com a dissolução da Assembleia da República e a realização de novas eleições legislativas».

Realçando o sentido do nosso voto, a camarada Maria Alda Nogueira afirmou: «Voltamos favoravelmente, não apenas porque somos por princípio firmemente contrários a toda e qualquer prática de discriminação racial, como o temos provado não só em palavras mas também em actos ao longo de 60 anos de actividade política do PCP como também defendemos a adopção de medidas concretas que permitam eliminar por completo tal prática anti-humana e anti-natural, sejam quais forem as formas por que ele se venha a manifestar. Seja o «apartheid» na África do Sul — segregação e tentativas de submissão brutal da maioria da população de um país pela minoria branca no poder — seja a segregação racial e discriminação que se verifica nos E. U. A., que, sendo embora menos descarada e brutal, não deixa de ser uma forma degradante de encarar seres humanos apenas por virtude da cor da sua pele. A pro-va-lo, o facto de um trabalhador negro nos EUA receber cerca de metade do salário de um trabalhador branco, embora executando ambos o mesmo trabalho, nas fábricas, nas oficinas, etc.

A contradição entre a prática política do governo AD e a adesão a documentos como o agora aprovado na Assembleia da República, foi particularmente realçada. Condena-se em palavras a agressão das tropas do Governo racista de África do Sul à Repú-

blica Popular de Angola, mas quando se tratou de votar sanções que iam no seguimento lógico de tal condenação e impedir a continuação daquela política de agressão, já a atitude do Governo AD/Balsemão foi outra. Ao abster-se o Governo AD pretendeu lavar as mãos do bando de sangue que as tropas racistas provocaram na República Popular de Angola.

Não bastia assinar Convenções internacionais de cuja aplicação resulta necessariamente o desanuviamento e a coexistência entre os povos de raças e regimes diferentes, quando na prática política externa este Governo AD toma posições de que só pode resultar o agravamento das relações entre Portugal e outros países.

Assim, ultrapassando pela direita os próprios círculos dirigentes imperialistas, cuja voz é a que comanda os seus actos, o Governo AD, enquanto Reagan e Brejnev se encontram em Genebra para conversações sobre o desarmamento, a paz e o desanuviamento internacional, o Governo AD/Balsemão lança-se numa desenfreada campanha anti-soviética de que a recusa nos dois países de uma delegação de cidadãos soviéticos é apenas um e o mais recente exemplo.

Enquanto Haig e Gromiko se encontram para discussões,

com vista também ao desanuviamento internacional, o Governo AD/Balsemão inunda os meios de comunicação social estabelecidos e dos partidos da AD com mais uma caluniosa campanha anti-soviética e anti-comunista, contribuindo assim para o agravamento das relações com os países socialistas nomeadamente com a União Soviética.

As recentes marchas da paz que tiveram lugar em Lisboa e Porto, pela sua grandiosidade e significado falam bem dos sentimentos de paz, de convivência pacífica com outros povos, que o nosso povo defende e a Constituição consagra.

Além de tudo isto a política externa do Governo AD não respeita estes sentimentos populares, viola a Constituição e os compromissos que assume e afirmações que tem feito a nível internacional. Daqui que ao mesmo tempo que reafirmamos o nosso voto a favor da Proposta de Resolução que aprova a adesão de Portugal a esta Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, sublinhemos o carácter profundamente anti-paz, anti-démocrático e anti-coexistência pacífica que é da política externa do Governo AD e que esta mesma convenção claramente condena.

## As expectativas goradas da Casa Branca

As medidas tomadas pelo Estado polaco — para fazer frente à crise que estava a lançar o país no caos, numa operação deliberadamente orientada para a liquidação do socialismo na Polónia — constituiram um grande golpe nas expectativas do imperialismo, a perda de um dado muito importante na política que promove a nível mundial. Esta a única conclusão possível face aos esforços desmesurados — enfrentando mesmo oposição dos seus aliados da NATO — que

Washington tem vindo a desenvolver numa excessivamente clara ingerência nos assuntos internos da Polónia.

Dia 30 uma grande operação propagandística, e abertamente provocatória, foi lançada pela Casa Branca. Um programa de televisão elaborado em Washington e transmitido via satélite nomeadamente para toda a Europa e difundido também pelas rádio provocatórias Europa-Livre, Liberdade e A Voz da América, visando assim atingir o conjunto da comunidade socialista. São montadas manifestações em cidades americanas, conluando a de Chicago com a participação de Haig. Apela-se uma ou outra vez ao uso simbólico das velas que desejamos ver muito mais vezes acesas como símbolo da capacidade de resistir e avançar do movimento operário, do socialismo, das forças progressistas. Reagan, arvorado em defensor dos interesses dos trabalhadores (como evidente desacordo dos trabalhadores americanos, profundamente atingidos neste momento pela política sócio-económica da Casa Branca), afirma que o «Solidariedade», simboliza a luta dos autênticos trabalhadores, num chamado Estado de trabalhadores, pelos direitos fundamentais humanos e económicos.

Mas a administração Reagan anda nitidamente ao arripio da

## Reunião em Helsínquia pela unificação da Coreia

Realizou-se nos dias 30 e 31, em Helsínquia, uma reunião internacional para a reunificação independente e pacífica da Coreia. O encontro foi convocado pelo Comité Internacional para a Reunificação da Coreia e contou com a participação de personalidades de diversos países.

A República Popular Democrática da Coreia do Norte tem inúmeras vezes avançado múltiplas propostas no sentido de viabilizar a reunificação das duas Coreias. Recordar-se que no último Congresso do Partido do Trabalho da Coreia foi aprovada uma proposta de reunificação em dez pontos:

- Deverá haver colaboração e intercâmbio económico entre o Norte e o Sul, sendo assegurado o desenvolvimento independente da economia nacional;
- Realizar o intercâmbio entre o Norte e o Sul nas esferas científicas, culturais e educativas;
- Desatrolar o serviço de transportes e comunicações, actualmente interrompido entre o Norte e o Sul;
- Zelar pela estabilização da vida dos operários, dos camponeses e de todos os trabalhadores;
- Eliminar o estado de confronto militar entre o Norte e o Sul, organizar um Exército nacional unido e defender a nação da agressão estrangeira;
- Defender e proteger os direitos e interesses nacionais de todos os compatriotas coreanos no estrangeiro;
- Coordenar de forma unificada as actividades externas dos dois governos regionais;
- Desatrolar o serviço de amizade com todos os países do mundo e praticar uma política externa de paz.



O ex-embaixador da Polónia nos EUA e sua mulher nos braços de Reagan. Muito comovedor...

# O PCP apoia a greve geral de 24 horas

O PCP dá todo o seu apoio à greve geral de 24 horas, declarada para o próximo dia 12, pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, e aprovada por unanimidade em plenário de 231 organizações sindicais representando mais de 1 500 000 trabalhadores.

Os trabalhadores portugueses compreendem cada vez melhor o carácter de classe da política dos governos da «AD». O Povo português reconhece hoje claramente que nada tem a esperar de governos que são a expressão dos interesses do grande capital e dos latifundiários, de governos enfeudados ao imperialismo, de governos apostados na liquidação das grandes conquistas da Revolução de Abril, na liquidação do próprio regime democrático.

O aumento generalizado dos preços dos géneros alimentícios e outros artigos de consumo corrente; os aumentos brutais dos transportes e de outros serviços, particularmente os ligados à saúde (nem nos últimos anos do fascismo os doentes pagavam internamento hospitalar e agora passaram a pagar); a falta de casa para alugar, o aumento astronómico das rendas das poucas que aparecem, e a redução drástica do crédito para a compra e construção de habitação própria; os roubos crescentes e escandalosos às autarquias locais; a degradação do ensino e dos serviços de saúde; a imposição de tectos salariais; a liberalização dos despedimentos e o anúncio de um novo pacote laboral que visa impor maiores restrições à organização e actividade dos trabalhadores; a proliferação dos contratos a prazo; o desemprego; a grave crise na agricultura; as enormes dificuldades que sofrem os pequenos comerciantes e industriais, são algumas das consequências mais gravosas da política ruinosa, antioperária, antipopular e antinacional da coligação reaccionária «AD» e do seu governo Balsemão/Freitas do Amaral.

A luta pela demissão de um tal governo de desastre nacional unifica hoje as lutas reivindicativas parciais dos trabalhadores e das restantes camadas do Povo português, corresponde à exigência de uma política ao serviço dos reais interesses do nosso povo e do nosso país.

A greve geral de 12 de Fevereiro apresenta-se assim como um ponto alto no quadro das grandiosas lutas que os trabalhadores e o Povo português têm vindo a travar pelas suas justas reivindicações económicas e sociais, em defesa do melhoramento das condições de vida alcançadas com a revolução, pela demissão do governo «AD» e por um governo com uma política democrática que se apoie nas forças mais sãs e patrióticas do Portugal de Abril.

O Comité Central do PCP manifesta a sua mais firme solidariedade ao movimento sindical unitário que tomou a decisão de promover a grande jornada nacional de luta que os trabalhadores levarão a cabo no próximo dia 12.

O Comité Central do PCP manifesta a sua confiança em que, apesar das prováveis medidas de intimidação e desmobilização que o governo «AD» e o patronato reaccionário empreenderão, apesar, da acção divisionista da UGT e apesar do colaboracionismo com a «AD» e o seu governo que Mário Soares manifesta ao atacar a greve do dia 12, esta será grandiosa e constituirá uma afirmação de tipo novo da sólida unidade dos trabalhadores e da disposição do Povo português de correr com a «AD» do governo e de criar as condições para que os problemas nacionais sejam resolvidos e a democracia defendida de acordo com os ideais do 25 de Abril.

O Comité Central do PCP manifesta a sua confiança em que os militantes comunistas saberão cumprir o seu dever e com destacada combatividade e audácia desempenharão um papel de vanguarda nesta grande luta dos trabalhadores portugueses.

O Comité Central do PCP apela à classe operária e aos trabalhadores, apela a todas as camadas da população, apela às mulheres, aos jovens, a todos os democratas e patriotas para que participem e apoiem activamente a grande jornada nacional do dia 12 de Fevereiro.

1 de Fevereiro de 1982

O Comité Central do Partido Comunista Português



## Grande parte do êxito ganha-se na preparação

Mais hora menos hora, dentro de uma semana começa a paralisação geral decidida no plenário nacional da CGTP-IN em 15 de Janeiro findo. O tempo conta cada vez mais nos próximos dias para o êxito total da paralisação. Sendo embora certo que na jornada de 12 do corrente coincidem e se coordenam a nível superior várias formas de luta com relevo para a greve, verdade é também que a paralisação geral activamente preparada em empresas, zonas e sectores, contando por inteiro com o movimento sindical, se propôs objectivos exigentes a que os trabalhadores têm correspondido a nível nacional. Quer avaliando a adesão por distritos, quer por sectores de actividade, a preparação da jornada de luta de 12 do corrente apresenta-se já com grande parte do seu êxito obtido, com provas dadas no quadro da unidade e no desenvolvimento do calendário agendado até às 24 horas da jornada de 12 do corrente.

O volume das realizações entretanto levadas a cabo é tão extenso que não é possível um balanço em cima da hora cobrindo todo o País.

Apenas em alguns sectores, até 28 de Janeiro, no distrito de Lisboa, tinham-se efectuado 154 plenários. Deste total, só em 85 reuniram-se 11 178 trabalhadores.

Marcados, de facto, até essa data havia 398 plenários no mesmo distrito. Centenas de outros estavam previstos para decorrerem até ao princípio da semana. Num levantamento que peca por defeito, relativamente à mesma data de 28 de Janeiro tinham-se realizado, ainda no distrito de Lisboa, 13 plenários de delegados sindicais. A participação, excedendo largamente o previsível, atingiu um total de 968 delegados que, como se sabe, desenvolvem directamente a sua actividade em contacto com os trabalhadores nos locais de trabalho.

Nestes são de destacar, no que ainda diz respeito ao distrito de Lisboa, os plenários de trabalhadores convocados pelas suas organizações representativas, designadamente pelas comissões de trabalhadores. 500 presenças na Fundação de Oeiras; 400 no Metropolitano; 2000 na Sorefame; 430 na Companhia das Lezírias; 300 na Robbialac; 600 na Covina; mais de 2300 na EDP num total de 46 plenários efectuados por altura da luta pelo acordo colectivo de trabalho.

Relevo especial exigem as votações. Convocados e realizados democraticamente, os plenários de empresa e as restantes assembleias entretanto efectuadas, para além da adesão que em média esteve sempre acima dos 50 por cento atingindo em alguns casos muito mais, manifestaram uma significativa unanimidade à volta dos objectivos da paralisação geral de 12 do corrente.

No distrito de Lisboa, apenas até 28 de Janeiro findo, incluindo todos os plenários não se contaram mais de 26 votos contra e 77 abstenções relativamente ao apoio à paralisação de 12 do corrente.

No distrito do Porto o panorama não é diferente. A movimentação de massas é também muito grande. A discussão e preparação da greve geral envolveu milhares de trabalhadores de sectores muito diversos. Nos sindicatos, nas empresas, os trabalhadores reúnem-se, discutem o aumento dos preços, o projecto de lei dos

despedimentos, temporariamente metido na gaveta da Assembleia da República, o tecto salarial e outros assuntos que dizem respeito ao seu trabalho, à situação económica, política e social do País. O apoio à paralisação geral de 12 do corrente inscreve-se nesse debate. Faz parte integrante do desenvolvimento dos conflitos nas empresas, quando os há, nas lutas para lhes pôr termo, na defesa das empresas nacionalizadas, dos postos de trabalho, de um percurso diferente e melhor para a economia do País.

Plenários de zona houve já até ao princípio desta semana em Santo Tirso e Gondomar. O mesmo nas empresas conservadoras Prelamar, Bela-Mar, Poveira; em dezenas de empresas da construção civil, vestuário, indústrias eléctricas, gráficas, metalúrgicas, têxteis, mineiras e em vários locais de trabalho do sector da função pública.

São muitos milhares os trabalhadores abrangidos.

No passado dia 30 reuniram-se a nível distrital no Porto cerca de 50 comissões de trabalhadores que aprovaram um manifesto de apoio e de apelo à mobilização para a greve geral de 12 do corrente. «O Governo demonstrou pela sua política que não serve os interesses dos trabalhadores e do povo. A resolução da crise só é possível com os trabalhadores», afirmam as CTs.

No distrito de Setúbal, em 27 de Janeiro findo, já estavam marcadas mais de 300 reuniões e assembleias de trabalhadores, anunciava entretanto a União dos Sindicatos.

Plenários concelhos de activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores realizados em Almada, Montijo, Alcochete e Grândola já tinham aprovado naquela data o programa a desenvolver junto dos trabalhadores e as acções de esclarecimento e mobilização nas localidades. Centenas de assembleias de trabalhadores irão reunir — acrescentava a União

sindical — para debater a greve geral, milhares de cartazes serão colados, centenas de faixas e pinturas murais serão executadas, milhares de documentos serão distribuídos aos trabalhadores e à população em geral. É grande a confiança no êxito desta jornada de luta, afirmava ainda a União dos Sindicatos do distrito de Setúbal ao anunciar para 4 do corrente a realização de um encontro distrital de dirigentes sindicais, delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores na Cova da Piedade/Almada. Em 1 do corrente, a mesma União sindical num curto balanço acrescentava que o apoio à greve geral já tinha sido votado nos concelhos de Almada, Barreiro, Montijo, Setúbal, Sines, Grândola, Sesimbra, Moita e Selxal.

Além desses plenários distritais, tinham decorrido mais de uma centena de

e uniões distritais das UCPs/Cooperativas, que se reuniram recentemente em Setúbal para prepararem o Encontro de Culturas da Primavera, marcado para o dia 13 em Évora, emitiram um manifesto de adesão à greve geral de 12 do corrente.

Em Évora um plenário distrital reunido em 25 de Janeiro definia entretanto as acções preparatórias da jornada. Exortando os trabalhadores a aderir em massa, os dirigentes e delegados sindicais do distrito aprovaram um calendário de reuniões para Vendas Novas, Évora, Redondo, Portel, Mora, Arraiolos, Reguengos, Alandroal, Borba, Vila Viçosa e Estremoz.

A maioria dos plenários foi marcada para o período decorrido entre 29 de Janeiro e 3 do corrente.

Para hoje, dia 4, está marcado para as 20 horas um plenário na Casa do

Outros distritos, concelhos, sectores, empresas e organizações de massas irão tomando posição nos próximos dias até à realização da jornada.

### Pré-aviso e manifesto

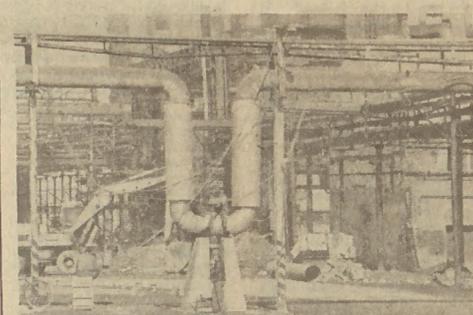
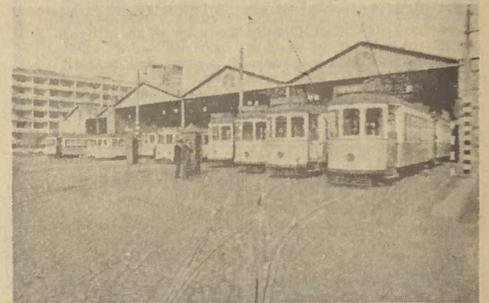
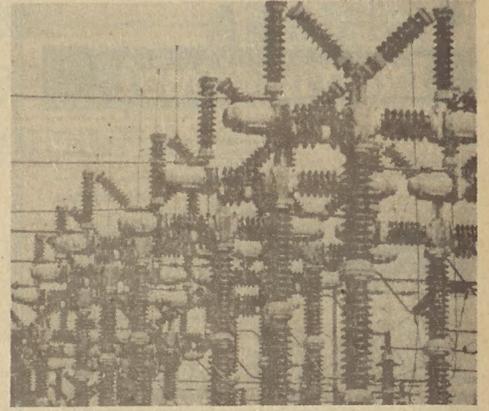
O secretariado da CGTP-IN cumpria entretanto as disposições legais para as 24 horas de paralisação. O pré-aviso, acompanhado de um manifesto, que termina com um viva à greve geral, é dirigido ao Primeiro-Ministro; Ministério do Trabalho e todos os Ministérios; Governos das Regiões Autónomas; Autarquias Locais; todos os órgãos e serviços da Administração Pública Central, Regional e Local e dos Institutos Públicos; instituições de Segurança Social e Previdência; empresas públicas; todas as Associações, entidades patronais e entidades empregadoras em geral, de qualquer sector de actividade, independentemente da sua natureza jurídica.

Apresentadas as razões fundamentais da forma de luta aprovada por unanimidade em plenário nacional de sindicatos no dia 15 de Janeiro (contra a política da AD; a AD fora do Governo; pela resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril), o pré-aviso especifica que, «se necessário, os trabalhadores em greve permanecerão nos locais de trabalho. Nos termos legais — acrescenta o documento — as associações sindicais e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações, e dos serviços mínimos indispensáveis, nas empresas, estabelecimentos ou serviços que se destinem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

«A concretização, pormenorização e eventual adaptação desta forma de luta segundo as condições específicas de cada região, sector de actividade ou empresas, tendo em conta a respectiva organização do tempo de trabalho, serão efectuadas mediante pré-avisos a emitir pelas Uniões de Sindicatos, a nível distrital ou concelhio, ou pelos Sindicatos».

Refere ainda o pré-aviso que «a greve geral abrange os trabalhadores portugueses no seu conjunto, segundo o âmbito estatutário da CGTP-IN» e que «a representação dos trabalhadores em greve é delegada, aos diversos níveis, nas associações sindicais, nas comissões intersindicais e sindicais, nos delegados sindicais e nos piquetes de greve».

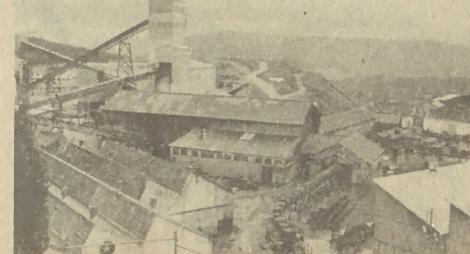
Exigir a demissão do Governo é um acto democrático, sublinha a dado passo o manifesto da CGTP-IN. Publicado em 28 do corrente, o documento, que contém as linhas gerais da resolução aprovada em plenário nacional, aponta decididamente para uma grandiosa jornada em 12 do corrente, reunindo um leque variado de adesões dentro das forças democráticas e mobilizando em torno de objectivos comuns e nacionais a grande massa dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo em todo o País.



plenários nas empresas do distrito manifestando apoio à paralisação nacional. Até 11 de Fevereiro — vão efectuar-se ainda centenas de plenários e outras reuniões de trabalhadores nas empresas e nos concelhos.

### Apelo à mobilização na agricultura

Num apelo «à mobilização para a greve geral de todos os trabalhadores da agricultura, sob o título «em frente com a greve geral», de 24 horas do dia 12 de Fevereiro», os sindicatos agrícolas e os secretariados



# **O PCP com o povo na defesa da democracia**



## **Sobre a revisão da Constituição**

*Documentos aprovados  
na reunião do Comité Central do PCP  
de 31/Jan.-1/Fev.*



# O PCP COM O POVO NA DEFESA DA DEMOCRACIA

**Nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro** realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O Comité Central examinou a situação económica, social e política, o desastre nacional a que o governo «AD» está conduzindo o país e o golpe de Estado que a «AD» com a colaboração do PS/Mário Soares está preparando através da revisão da Constituição.

Concluindo que a correlação de forças é favorável à democracia, o Comité Central insistiu na necessidade, na urgência e na possibilidade de aplicação das medidas propostas pelo PCP.

O Comité Central fez um balanço do impetuoso e grandioso desenvolvimento da luta da classe operária e das massas populares dando particular relevo às greves e manifestações e à paralisação geral marcada para 12 de Fevereiro.

O Comité Central examinou também os problemas da unidade dos democratas e patriotas e do reforço do Partido como força política determinante na defesa dos interesses do povo e do país, da democracia, da independência nacional.

# 1.

## Aspectos essenciais da situação política

Analisando o momento político actual, o Comité Central concluiu que, embora a situação seja extraordinariamente complexa, os seus dados fundamentais são inteiramente claros.

A vida nacional é no presente momento dominada por seis aspectos essenciais:

1.º — A política de desastre nacional do governo «AD», de que são traços mais salientes o descalabro da situação económica, o brutal agravamento das condições de vida do povo, a destruição das conquistas democráticas da revolução de Abril, o crescente endividamento externo, a dependência em relação ao imperialismo.

2.º — O processo em curso de revisão da Constituição, apontando (por acordo da «AD» com o PS/Mário Soares), para alterações relativas aos poderes dos órgãos de soberania, designadamente às competências militares, que representariam, se fossem concretizadas, um verdadeiro golpe de Estado contra o regime democrático.

3.º — A subestimação dos perigos, o conformismo e relativa passividade ante o desenvolvimento da situação por parte de vastos e importantes sectores democráticos (em partidos, no Estado e em órgãos de soberania).

4.º — A real correlação de forças favorável à democracia — ao nível da opinião pública, da luta social, da mobilização política e das Forças Armadas — em contraste com o golpe de Estado em marcha a partir do governo e da maioria reaccionária na Assembleia da República (com colaboração do PS/Mário Soares).

5.º — O descontentamento popular, que se generaliza contra a política da «AD», e um poderosíssimo movimento de massas, em que a classe operária desempenha papel determinante, em defesa dos interesses vitais do Povo português e do regime democrático.

6.º — O prestígio e a influência do PCP, que confirma ser, na cena política nacional, o mais consequente defensor dos interesses populares, das conquistas de Abril, da democracia, da Paz e da independência nacional e o grande impulsionador da luta popular e da unidade democrática, pelo que é sujeito à mais violenta campanha anti-comunista jamais realizada em Portugal.

Estes seis aspectos essenciais caracterizam a situação actual, permitem compreender as diversas perspectivas do seu desenvolvimento e indicam as soluções indispensáveis e urgentes e a possibilidade de as alcançar.



## 2.

### Agravamento das condições de vida e destruição das conquistas democráticas

A política de recuperação capitalista iniciada pelo governo PS sozinho em 1976 e desenvolvida num plano de restauração do poder dos monopólios e latifundiários com os governos da «AD», tem significado, por razão dos seus próprios objectivos, **uma ofensiva sistemática (inconstitucional e ilegal) para a destruição das grandes conquistas democráticas: melhoria das condições de trabalho e de vida alcançado pelos trabalhadores com a revolução, controlo de gestão, nacionalizações e reforma agrária, poder local, direitos e liberdades.**

**O agravamento constante e sistemático das condições de trabalho e de vida da classe operária e dos trabalhadores em geral como meio para aumentar os lucros e relançar o processo da acumulação e centralização capitalistas, é um aspecto essencial da política do governo «AD».**

A contenção dos salários com o congelamento da contratação colectiva e os tectos salariais, o aumento brutal e contínuo dos preços de praticamente todos os artigos de consumo corrente, assim como da água, da luz, dos combustíveis e dos transportes, uma taxa de inflação de cerca de 25%, o pagamento exorbitante de serviços de saúde, o agravamento da crise da habitação, a degradação geral do sistema de ensino, os contratos a prazo, o desemprego e os despedimentos, as discriminações crescentes para com as mulheres e os jovens, as pensões e reformas de miséria, a liquidação de numerosas regalias sociais, os cortes nas finanças locais que impossibilitam às autarquias o prosseguimento de realizações para melhorar as condições de vida das populações, criam uma situação completamente incomportável para os trabalhadores portugueses, para todas as camadas laboriosas, para os sectores mais desfavorecidos da população.

Com os governos «AD», a ofensiva contra as grandes conquistas da revolução intensifica-se e adquire aspectos abertamente subversivos.

O governo e os seus agentes nas empresas procuram por todos os meios destruir ou impedir o **controlo de gestão** dos trabalhadores, sendo particularmente escandaloso o ilegal impedimento pelo governo da entrada em funções de gestores eleitos por 500 000 trabalhadores do sector público e nacionalizado.

No que respeita às **nacionalizações**, não só a «AD» tenta repetidamente fazer aprovar novas «leis de delimitação dos sectores» que permitam a entrega ao grande capital de sectores e empresas nacionalizadas, como, desde já, em violação da Constituição e da legalidade, permite a criação de sociedades de investimento como estruturas que as assemelham aos bancos, autoriza a abertura de representações a bancos estrangeiros, vende ao capital privado a preços de desbarato participações do Estado, navios e hotéis, entrega ao capital privado sectores rentáveis de empresas nacionalizadas, força a divisão regional de empresas, prossegue uma política discriminatória de preços e crédito que permite transferir para o

sector privado mais-valia produzida no sector nacionalizado, acumula avultadas dívidas do Estado às empresas do sector nacionalizado e provoca, intencional e criminosamente, uma gestão ruínosa nas empresas nacionalizadas, nomeando para as suas administrações agentes dos antigos monopólios ou mercenários ao serviço do plano contra-revolucionário da «AD».

No que respeita à **reforma agrária**, prosseguindo as formas da ofensiva já em prática pelos governos anteriores (reservas ilegais, esbulho de gados, máquinas e instalações, leis da cortiça, estrangulamento financeiro das UCPs/Cooperativas, etc.) desencadeia novas e criminosas linhas de ofensiva, como é o caso dos chamados concursos públicos para distribuições arbitrárias de terras das UCPs e de um «Inquérito» absurdo às UCPs/Cooperativas, cujo único fim é fabricar pretextos para vir a declarar a inviabilidade de unidades de produção da reforma agrária. A acção ilegal e criminosa do governo revela-se com evidência nas decisões do governo recusando-se a cumprir mais de 60 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que suspenderam a executoriedade ou anularam os despachos do MAP e mantendo assim na posse dos agrários terras que lhes foram ilegalmente entregues.

As cooperativas operárias de produção e serviços de habitação, de consumo, de pescas, de cultura e ensino e outras vêem agravadas as suas carências técnicas, económicas e financeiras, ficando impedidas de dar um maior contributo à resolução de candentes problemas sociais do nosso povo.

O governo procura também liquidar rapidamente os benefícios que amplos sectores da população tinham alcançado com a revolução democrática. Os **pequenos e médios agricultores** (proprietários, rendeiros e seareiros) são arrastados para a ruína em consequência de aumentos incomportáveis dos preços dos factores de produção (adubos, rações, gasóleo, sementes, pesticidas), dos preços não compensadores dos produtos agrícolas, das limitações ao crédito, do não pagamento de subsídios, da entrega da comercialização a especuladores, da revisão das leis do arrendamento e dos baldios.

Todas as classes e camadas antimonopolistas sofrem duramente as consequências da política de restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

Os intelectuais e quadros técnicos, cujas condições de vida se deterioram em alguns casos drasticamente, vêem piorar as condições de exercício das suas profissões e são relegados para o papel de executantes de uma política antinacional e antipopular que lhes impede a plena utilização criadora do seu saber e cultura ao serviço do povo e do país.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais, vêm o seu futuro cada vez mais comprometido face à constante contracção dos consumos e do mercado interno

provocada pela queda do poder de compra das populações, às taxas de juro elevadíssimas, à selectividade de crédito que privilegia os ex-monopolistas, os grandes capitalistas e especuladores, ao aumento anual das rendas dos seus estabelecimentos, ao agravamento da carga fiscal.

As consequências de uma tal política na economia nacional são verdadeiramente catastróficas. **A situação da economia portuguesa degrada-se rapidamente.** A produção industrial está estagnada ou em retrocesso. A capacidade não utilizada sobe a mais de 20%. A sabotagem às empresas nacionalizadas reduz a sua expansão e eficiência. Projectos de interesse nacional como o Plano Siderúrgico e o do Alqueva são boicotados. A produção agrícola regista uma baixa acentuada que não pode atribuir-se apenas às condições climáticas desfavoráveis. Na zona da reforma agrária, ao mesmo tempo que 20 000 trabalhadores foram lançados no desemprego, terras entregues aos latifundiários estão abandonadas, perdem-se colheitas e diminui o efectivo pecuário. Nas pescas a política do governo acentua gravemente a crise do sector, preparando milhares de despedimentos, entregando a frotas estrangeiras os recursos nacionais, desmantelando o sector nacionalizado.

**Com a política da «AD» a economia portuguesa caminha rapidamente para o desastre.** O défice da balança comercial, que foi de 42 milhões de contos em 1975, ultrapassou 300 milhões em 1981 e alcançaria 400 milhões em 1982, se continuasse o governo «AD».

O défice da balança de transacções correntes, que foi de 25 milhões de contos em 1975, alcançou 120 milhões em 1981 e com a «AD» alcançaria em 1982 150 milhões.

A dívida externa, que era de 80 milhões de contos em 1975, alcançou 620 milhões em 1981 e alcançará 820 milhões em 1982 se continuar o governo «AD», montante superior ao actual valor das reservas e do ouro avaliados a preços no mercado.

Os juros pagos ao estrangeiro, que foram de 8 milhões de contos em 1975 subiram a 65 milhões em 1981 e, a continuar o governo «AD», subirão a 80 milhões em 1982.

O Comité Central chama a atenção para o facto de que a política de restauração monopolista, caminha a par de cada vez mais graves concessões económicas ao capital estrangeiro e da submissão e dependência crescentes ao imperialismo estrangeiro, com graves danos para o bem-estar do Povo português e a independência de Portugal. A insistência numa adesão ao Mercado Comum, que só pode trazer ruína, dependência e colossal endividamento externo, compromete seriamente o desenvolvimento geral e o futuro do país.

**A crescente dependência económica face ao imperialismo é acompanhada por uma vergonhosa submissão política e diplomática do governo «AD» ao imperialismo norte-americano.** O Comité Central adverte dos perigos da submissão da política externa portuguesa aos planos belicistas e às provocações da Administração Reagan.

A vergonhosa campanha contra a Polónia, em que se unem fascistas, reaccionários e oportunistas de vários matizes, não encontra grande eco nas massas populares, mas mostra a subserviência às instruções norte-americanas na diplomacia e na diversão ideológica anti-comunista e anti-soviética.

O Comité Central alerta contra os **pesadíssimos prejuízos para o país da política de hostilidade (que por vezes toma carácter provocatório) do governo «AD» para com a URSS e outros países socialistas, para com países africanos e outros países progressistas.** Uma tal política tende a reconduzir Portugal ao isolamento existente no tempo da ditadura e à completa dependência do imperialismo.

O Comité Central alerta também contra a **ameaça que representaria para a segurança e a própria existência de Portugal a instalação ou trânsito de armas nucleares em território português.**

Para impedir o agravamento ainda maior das condições de vida do povo, para defender as conquistas democráticas, para assegurar o desenvolvimento do país e da independência nacional, **é necessária e urgente a demissão do governo «AD»:**



# 3.

## Liberdades limitadas e ameaçadas

O Comité Central verificou que a actuação do governo «AD» continua a **confirmar a crescente violação da Constituição, da legalidade e das liberdades e direitos dos cidadãos**. A prática diária do governo e a sua acção ideológica revelam o seu ódio às liberdades e à democracia.

**Os métodos administrativos, intimidativos e repressivos** são cada vez mais amplamente utilizados.

**A GNR e a Polícia de Choque** continuam a ser utilizadas contra os trabalhadores da reforma agrária, contra os operários em luta, contra os agricultores em protesto, contra os inquilinos desalojados.

**Em numerosas empresas reinstalou-se o clima do tempo da ditadura:** milicias patronais, perseguições, despedimentos de delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores, interdição de reuniões e plenários, discriminações, castigos e espancamentos. Os direitos sindicais dos trabalhadores são gravemente afectados e violados.

O «**pacote laboral**» do governo «AD» (propostas de lei já divulgadas ou anunciadas sobre contratos a prazo e despedimentos, contratação colectiva, regime de férias e faltas, etc.) inscreve-se num projecto mais ambicioso que inclui novas **leis dos partidos, de associação sindical e da greve**, estabelecendo graves limitações aos direitos e liberdades inerentes ao regime democrático.

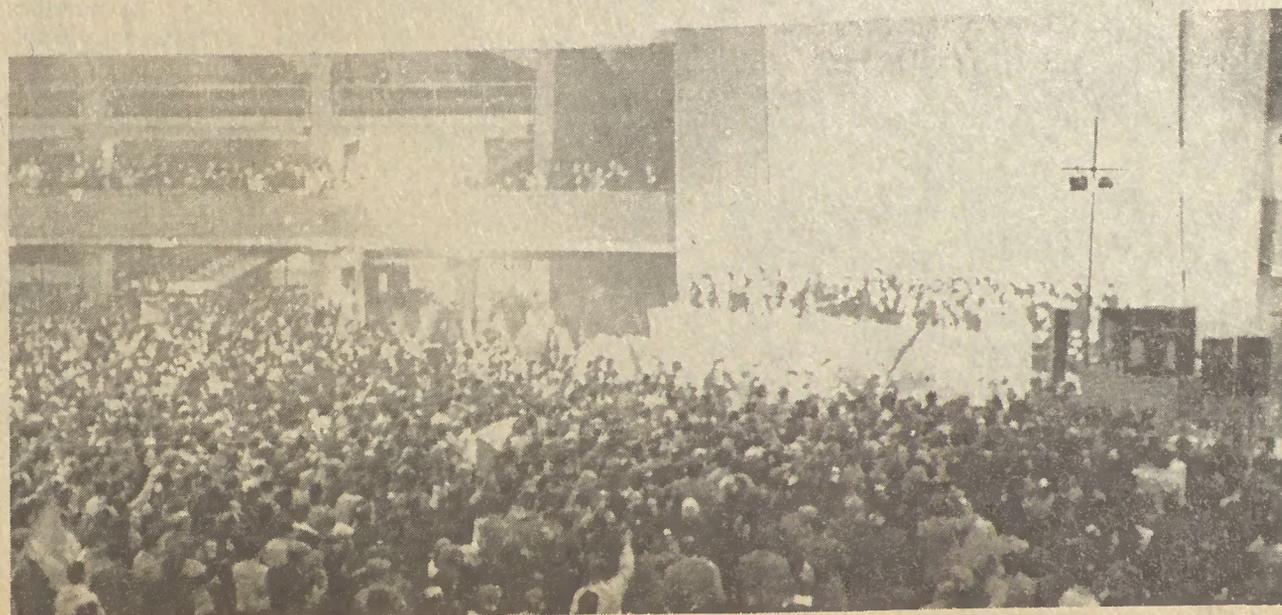
**As leis «AD» do recenseamento e da nacionalidade**, integradas no anunciado projecto do governo de modificar toda a legislação sobre eleições, alteram profundamente o quadro eleitoral e constituem os primeiros passos para a

transformação das eleições em autênticas farsas à semelhança das «pseudo-eleições» no tempo de Salazar e Caetano.

O novo «**pacote**» legislativo, que a «AD» acaba de apresentar relativo ao **poder local**, é um novo atentado contra a Constituição e o regime democrático vigente. A redução do número de membros das Assembleias de Freguesia, o aumento dos poderes dos Presidentes das Câmaras Municipais, a oficialização do não cumprimento da lei das Finanças Locais, com grave prejuízo da solução de problemas vitais das populações, o propósito de roubar os baldios aos povos, a regulamentação das eleições para as autarquias com restrições à propaganda, o alargamento do voto por correspondência, representam alterações profundas que põem directamente em causa as liberdades dos cidadãos e o carácter democrático das eleições para as autarquias.

**A situação existente nos meios de comunicação social do Estado**, designadamente na RTP (com a monopolização, governamentalização e partidarização pela «AD»), constitui uma mostra de como a «AD» entende a «democracia» e o «pluralismo». O uso sistemático das mentiras e das calúnias mais vis, a deformação e manipulação sistemática da notícia, a recusa de dar voz aos atingidos, adquire um nível de indignidade que identifica os seus autores com o ideário e as práticas fascistas.

O Comité Central adverte os portugueses de que a democracia política está já a ser destruída aos poucos e que este processo contra-revolucionário de destruição das liberdades e direitos será intensificado a curto prazo se a «AD» se conservar no poder.



# 4.

## Revisão da Constituição golpe de Estado

O Comité Central insiste na análise anteriormente feita acerca do significado, objectivos e consequências previsíveis da revisão da Constituição que a «AD» prepara, contando com a colaboração do PS/Mário Soares.

O PCP, que trouxe para a opinião pública, para o povo, o debate de uma revisão que a «AD» e o PS/Mário Soares queriam fazer no segredo dos gabinetes dos partidos e da Assembleia da República, insiste que, se fosse concretizada a revisão nos termos já acordados da «AD» com o PS/Mário Soares na Assembleia da República, a revisão significaria um autêntico golpe de Estado.

A revisão que se prepara viola grosseiramente a legalidade, porque atinge os limites materiais da revisão que a própria Constituição estabelece. Põe em causa as nacionalizações e o Plano. Consagra, em relação com uma eventual adesão ao Mercado Comum, obrigações incompatíveis com a soberania nacional. Altera radicalmente o sistema do poder e dos órgãos de soberania.

A tentativa de golpe de Estado através da revisão da Constituição centra-se, por um lado, na passagem para o governo «AD» das competências militares essenciais do Presidente da República e do Conselho da Revolução na retirada ao Presidente da República dos poderes de demitir o governo e, por outro lado, no prático desaparecimento da fiscalização da constitucionalidade das leis.

É um facto indesmentível que, se essas alterações fossem aprovadas e aplicadas, se assistiria à governamentalização e partidarização das Forças Armadas pela «AD», restaurando uma hierarquia fascista ou fascizante, pondo

gente sua nos postos-chave e nos comandos, tornando-as o instrumento militar para a liquidação do regime democrático.

O CC não pode deixar de sublinhar que a demissão do actual Presidente da República é um objectivo prosseguido pela reacção desde a sua eleição em 7 de Dezembro e continua a ser agora, como consequência da redução drástica dos seus poderes e competências, um dos objectivos do golpe de Estado que se prepara.

As recentes declarações vindas da Presidência confirmam as graves implicações que resultariam de uma tal redução de poderes.

O Comité Central que, nesta mesma reunião, aprovou uma «Resolução sobre a Revisão da Constituição», adverte os portugueses contra as falsidades e confusões que a «AD» e o PS/Mário Soares procuram semear, minimizando a importância das alterações da Constituição em que se puseram de acordo.

Segundo os próprios ideólogos e estrategas da «AD», a «AD» deve nos tempos próximos sacrificar tudo para ganhar as chefias militares e o controlo das Forças Armadas através da revisão da Constituição. Os democratas deviam ser igualmente previdentes e «sacrificar tudo» para impedir esse golpe mortal no regime democrático que se prepara com a revisão em curso da Constituição.

O Comité Central insiste na existência dum perigo real e iminente para a democracia e na necessidade de tomar as medidas adequadas para que tal perigo seja afastado e para que seja garantida a continuidade do regime democrático consagrado na Constituição.



## 5.

### As medidas propostas pelo PCP — solução no quadro do regime

Fazendo o balanço da degradação geral da situação do país, da profunda crise económica, social e política provocada pelo governo «AD» e dos perigos iminentes que pesam sobre o regime democrático, o Comité Central salientou uma vez mais a **necessidade e a urgência de medidas que interrompam este processo que, a prosseguir, poderá conduzir a um verdadeiro desastre nacional e à liquidação da democracia.**

São cada vez mais numerosos os sectores políticos que reconhecem os malefícios da política da «AD» e a correcção da análise que o PCP apresenta da evolução da situação e das suas sombrias perspectivas. Mas a sua actuação não corresponde a essa compreensão.

O Comité Central sublinha que não basta conhecer e referir o mal. É necessário conjurá-lo. O PS/Mário Soares, depois de uma inexistente «ofensiva de outono», anunciou agora uma «ofensiva de inverno» contra o governo «AD». Mas é um grosseiro logro, atacar em palavras o governo, mas opôr-lhe apenas «dossiers» de propaganda e defender ao mesmo tempo a sua continuação, facilitar a sua política, colaborar com ele na organização sindical (UGT) e nas autarquias e firmar acordos com ele para através da revisão da Constituição, impossibilitar o Presidente da República de demitir o governo e passar do Presidente para o governo competências militares que poderão permitir à «AD» apossar-se do controlo das Forças Armadas e utilizá-las no seu golpe contra a democracia.

O Comité Central sublinha novamente que **as medidas apresentadas pelo PCP** podem, não apenas abrir caminho à solução da gravíssima crise económica, social e política provocada pela política da «AD», como garantir no presente momento, a **defesa do regime democrático.**

Essas medidas são:

- a demissão do governo «AD»;
- a dissolução da Assembleia da República;
- a formação de um governo de gestão;
- a realização de eleições no prazo de 90 dias;

O Comité Central concluiu que vastos sectores democráticos não têm ainda uma exacta compreensão, nem do plano inclinado em que se estão afundando a economia nacional e a vida democrática, nem da grandeza do perigo para a democracia que significaria a aprovação das alterações à Constituição já acordados em princípio entre a «AD» e o PS na Comissão da Assembleia da República.

**A demissão imediata do governo «AD»** impõe-se para pôr rapidamente cobro à crescente degradação da situação do povo e do país.

**A dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas** impõe-se, não só para que o Povo português, em eleições democráticas, possa expressar a sua vontade acerca da política a seguir e do governo a formar, mas também para impedir o golpe de Estado em preparação, e tornar possível que a revisão da Constituição seja feita em observância da legalidade democrática e da vontade dos cidadãos.

O Comité Central chama a atenção para as ilusões perigosas dos que defendem que o governo deve ser demitido, a Assembleia da República dissolvida e novas eleições realizadas, **mas só depois da revisão da Constituição.**

O Comité Central adverte de que, a ter lugar a revisão inconstitucional da Constituição pelo actual acordo da «AD» com o PS/Mário Soares, a vida democrática seria gravemente afectada, as discriminações políticas multiplicar-se-iam, o carácter democrático das eleições seria comprometido e correr-se-ia o risco de a «AD» se fixar no poder, através de métodos administrativos e repressivos.

**A formação do governo de gestão que respeite a legalidade, sem a participação da «AD», não é uma questão secundária:** impõe-se para que as eleições sejam realmente democráticas e não uma falsa e viciada consulta «eleitoral».

**As medidas propostas pelo PCP correspondem inteiramente às exigências da situação e constituem uma via segura** para que possam ser decididos democraticamente os gravíssimos problemas que actualmente estão no centro das divergências, conflitos e lutas na sociedade portuguesa.

**As medidas propostas pelo PCP são inteiramente legítimas, justificadas, constitucionais e legais e enquadram-se no funcionamento normal das instituições.**

O PCP está aberto ao exame de outras propostas e outras soluções. Mas o facto é que nenhuma outra força política e nenhum sector ou personalidade responsável apresentou até hoje outro caminho que possa assegurar a saída da crise, a defesa do regime e uma alternativa democrática. Por isso **toda a batalha política actualmente em curso tem como polos fundamentais por um lado, o golpe de Estado que a «AD» prepara, por outro lado, as medidas propostas pelo PCP para conjurá-las.** Por isso também as medidas propostas pelo PCP ganham dia a dia novos e vastos sectores da opinião pública nacional.

## 6.

### Correlação de forças favorável à Democracia

A «AD», todos os reaccionários e o PS/Mário Soares desenvolvem uma intensa campanha contra as medidas propostas pelo PCP. Usando a ameaça e a chantagem, todos procuram fazer crer que tais medidas, a serem tomadas, poderiam ter gravíssimas consequências e provocar reacções de carácter subversivo que impossibilitem a sua aplicação.

Examinando atentamente a correlação de forças existente actualmente na sociedade portuguesa, o **Comité Central concluiu que** (salvo o facto conjuntural de a «AD» estar no governo e ter uma maioria de deputados na Assembleia da República) a **Democracia é mais forte que a reacção e está em condições de derrotar a reacção. Demitido o governo «AD» e dissolvida a Assembleia da República, a «AD» seria reduzida à sua verdadeira dimensão actual e não teria qualquer possibilidade de se opor com sucesso às soluções constitucionais e democráticas.**

**A «AD» encontra-se consideravelmente enfraquecida em relação a 1980.**

**Internamente**, a «AD» está roída por conflitos, rivalidades e ambições pessoais e a manutenção da sua própria existência como coligação resulta da necessidade de sobreviver como «AD» pelo menos até à revisão da Constituição e ao golpe de Estado que com ela pretende realizar.

No que respeita ao apoio na população, pelas consequências desastrosas da sua política, pela sua incapacidade, incompetência e corrupção, a «AD» está completamente desacreditada e levanta contra ela camadas cada vez mais amplas da população, incluindo sectores que ainda há pouco a apoiavam.

**A «AD» perdeu grande parte da sua base de apoio social, política e eleitoral.** Demitido o governo, dissolvida a Assembleia da República e convocadas novas eleições, a «AD» não tem força para evitar a sua definitiva derrota no quadro da democracia.

**Em contraste com o enfraquecimento da «AD», a democracia tem sólidas bases de apoio social, política, institucional e militar.**

A indignação, os protestos e a luta contra a política da «AD» abarcam amplos sectores sociais que têm constituído um apoio político e eleitoral da própria «AD». À militância democrática, a «AD» não tem mostrado capacidade de opor uma «militância» reaccionária e à mobilização de massas em defesa da democracia, a «AD» não tem conseguido opor uma mobilização reaccionária.

Os resultados nefastos da política da «AD» têm aberto os olhos a centenas de milhares de portugueses. **A «AD» caminha para o isolamento. O regime democrático tem o povo para o defender.**

Nas Forças Armadas predominam os sentimentos de respeito pela legalidade democrática e numerosos elementos permitem concluir que o plano subversivo de revisão da Constituição da «AD»/PS/Mário Soares, designadamente no que respeita às chefias e às competências

militares, encontram não apenas reservas, mas sérias discordâncias nas Forças Armadas. A doutrina do PS/Mário Soares sobre Defesa Nacional, recentemente apresentada por Jaime Gama, revela até que extremos absurdos vai a disposição de permitir ao governo «AD» e seu ministro da Defesa, Freitas do Amaral, o controlo e partidização das Forças Armadas. Tal doutrina só nos sectores golpistas poderá encontrar apoio. As Forças Armadas, no seu conjunto, estão com a Democracia e é por isso que a «AD» pretende alterar completamente a situação assestando-se (através da revisão da Constituição) do controlo, organização e administração das Forças Armadas.

**Não é por falta de força que a Democracia não afastou ainda a «AD» do poder.** Se na acção política e nas instituições, houvesse da parte de todos os democratas a determinação e a confiança necessárias, de há muito a «AD» teria sido afastada e se teria encontrado uma solução democrática para a crise.

O Comité Central não pode deixar de referir as graves responsabilidades que assumem aqueles que não actuam em conformidade com a sua própria opinião por receio de serem caluniosamente acusados de «conotação com o PCP» (o que é inevitável sempre que alguém toma posições contra a reacção).

A fim de se opor a medidas que levem ao seu afastamento do poder, a «AD» faz uma intensa propaganda afirmando que não existe qualquer alternativa para o seu governo. O PS/Mário Soares dá força a esta propaganda insistindo na ideia absurda, demagógica e divisionista de que a única alternativa é o PS.

Desmascarando a falsidade da propaganda da «AD» e a demagogia do PS/Mário Soares, o **Comité Central proclama que existe de facto uma alternativa.** Existe uma alternativa porque a maioria do Povo português está com a democracia. Porque mesmo no PS milhares e milhares de membros do partido se pronunciam contra a aliança do PS com a «AD» e contra a transferência para a «AD» dos poderes militares do Presidente da República e do Conselho da Revolução. Porque a movimentação e luta sociais, com elevado significado político, demonstram a existência duma forte e maioritária base de apoio para uma solução democrática. Porque as forças políticas e sociais, que, com o seu voto, em 7 de Dezembro de 1980, derrotaram a «AD» e asseguraram a defesa da democracia, estão em condições de assegurar a vitória democrática, uma alternativa democrática no quadro das instituições, um governo democrático com uma política democrática.

**A alternativa existe, não contra os trabalhadores e contra o PCP, mas com os trabalhadores e com o PCP.** A unidade é possível em formas adequadas à situação presente.

O Comité Central salienta que **bastará a actuação coordenada, conjunta ou convergente de todas as forças e sectores democráticos e patrióticos para, num curto prazo, reconduzir Portugal ao caminho de Abril.**

# 7.

## A grandiosidade da luta popular

O Comité Central deu um balanço às lutas da classe operária e das massas populares nos últimos tempos. O Comité Central concluiu **que se assiste a uma vastíssima e vigorosa movimentação popular, com a participação de milhões de portugueses, como raras vezes (se alguma vez) se terá verificado na história do nosso país.**

As lutas da classe operária e das massas populares demonstram descontentamento e indignação profundas contra a política da «AD», elevada consciência de classe, esclarecimento político, grande combatividade, determinação, vontade de luta e confiança na vitória.

**As greves** tornaram-se a forma principal de luta dos trabalhadores à escala nacional.

O seu elevado número (cerca de 700 em 1981), a longa duração de algumas delas, a interligação das greves em sectores-chaves, como nos transportes, fazem do recurso à greve uma arma poderosíssima e são a expressão da radicalização crescente da luta da classe operária, tendo obrigado o governo e o patronato a recuar em numerosos casos.

**As manifestações de 12 de Dezembro** constituíram uma grandiosa afirmação da firme determinação dos trabalhadores defenderem os seus direitos e interesses vitais e de oposição vigorosa e consciente ao governo reaccionário da «AD».

**As poderosas Marchas da Paz de 16 de Janeiro** confirmaram, em ligação com os sentimentos de paz do Povo português, a firme oposição à política externa do governo «AD» de submissão ao imperialismo norte-americano.

**As lutas dos pequenos e médios agricultores**, expressando uma evolução significativa da consciência dos seus interesses e da sua unidade, diversificam-se, crescem de intensidade e de volume. Concentrações, desfiles, encontros e plenários, marchas de tractores, cortes de estradas e outras iniciativas, testemunham o descontentamento e o protesto perante as promessas não cumpridas e o agravamento das condições de vida e de trabalho do campesinato.

**Outras camadas da população** participam activamente na defesa dos seus direitos e interesses atingidos pela política da «AD» e do seu governo.

**As mulheres**, participando activamente na movimentação popular, lutam pelo direito ao trabalho e contra o desemprego, contra o aumento do custo de vida, contra as discriminações salariais, profissionais e outras, por uma maternidade livre e consciente, contra as violações pelo governo «AD» dos seus direitos constitucionais e legais.

**A juventude** tem participado activamente nas lutas da classe operária e das massas populares, particularmente nas grandiosas manifestações de Dezembro e nas Marchas da Paz de Lisboa e Porto, demonstrando o seu descontentamento crescente pelo agravamento das suas

condições de vida, pelo aumento do desemprego, pela degradação do ensino, pela falta de habitação.

O Comité Central sublinha o elevado nível de **unidade** dos trabalhadores e das massas populares, unidade que não conseguem quebrar as tentativas de intimidação, as manobras e a propaganda venenosa do governo e do patronato reaccionário e as tentativas de divisão dos factos da UGT, do PS/Mário Soares e dos esquerdistas de todos os matizes. **A unidade** (aliada à forte organização unitária dos trabalhadores e das mais variadas classes sociais) **é um factor essencial da força do movimento operário e popular e o seu reforço condição para a vitória.**

O Comité Central considerou que a **intensificação da luta de massas** é o caminho necessário e indispensável para fazerem frente à reacção e seus aliados, defender os interesses vitais do povo e da pátria, assegurar a defesa e continuação de Portugal de Abril.

O Comité Central considerou da mais alta importância a realização da **paralisação geral** para o dia **12 de Fevereiro** com greve geral de 24 horas marcada pelas organizações sindicais e apela a todos os militantes, a todos os trabalhadores, a todos os democratas, para que nela participem activamente.

O Comité Central sublinha a necessidade de os trabalhadores estarem atentos às medidas que o governo venha a tomar para dificultar a paralisação geral. A jornada de 12 de Fevereiro insere-se como um novo e grande passo num processo de luta que se desenvolve impetuosamente e deverá conduzir à defesa efectiva dos interesses do povo e do país, ao afastamento da «AD» do poder e à continuação vitoriosa do regime democrático.

O Comité Central expressa também a sua opinião favorável à realização da Convenção Nacional Democrática, promovida por numerosas organizações de massas para o mês de Março, iniciativa que pode ter largas repercussões na vida política nacional.

**As acções terroristas**, sejam dos Comandos 28 de Maio ou das chamadas FP-25 de Abril, sejam contra a GNR ou gestores de empresas, são acções provocatórias contra o movimento operário e popular, visam refrear e desacreditar a luta de massas e dar pretextos ao governo para intensificar a sua acção repressiva, quer com legislação restritiva das liberdades quer com a criação e reforço de Forças Especiais de repressão.

A amplitude da luta da classe operária e das massas populares mostra claramente que se verifica uma **deslocação importante contra a «AD» no campo social e no campo político, sendo inevitável que essa deslocação se verifica também no campo eleitoral.**

Em última instância será o Povo português que decidirá do seu futuro. **As lutas em curso são o caminho justo para a vitória do povo, para a vitória da democracia, para a vitória de Portugal.**

## 8.

### O PCP e a unidade de democratas e patriotas

**A «AD» é uma minoria no país e no eleitorado. A maioria esmagadora do Povo português está com o Portugal de Abril.** Não é de aceitar que a minoria, usurpando o poder e violando a legalidade, ponha em causa e possa destruir o regime democrático em que o Povo português quer viver.

A maioria dos deputados «AD» na Assembleia da República nunca correspondeu a uma maioria do eleitorado e (pelas viciações do processo eleitoral de 1980) nunca foi uma expressão exacta da verdadeira opção política do Povo português. Além disso, de então para cá, a «AD» perdeu grande parte da sua base eleitoral, sendo certo que, **em novas eleições realizadas com observância das normas democráticas, a «AD» ficará nitidamente em minoria na Assembleia da República.**

As eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980, estrondosa derrota da «AD», rectificaram de certa forma os resultados das eleições de 5 de Outubro, mostrando claramente que **existe uma nítida maioria do eleitorado não correspondendo às fronteiras políticas entre os partidos, que está contra a reacção e com a democracia.** Numerosos factos mostram que essa maioria se tem alargado e reforçado.

Nas eleições parciais para as autarquias realizadas em 1981 a «AD» perdeu milhares de votos. Nas primeiras eleições parciais realizadas este ano confirmou-se a tendência de grandes quebras eleitorais da «AD» e crescimento da APU.

Nas eleições de Fiães (distrito de Aveiro), ontem mesmo realizadas, a «AD» sofreu pesada derrota, perdendo mais de 1/4 do seu eleitorado, enquanto a APU obteve uma grande vitória, passando de 28,8% para 43,4% dos votos e conquistando assim a maioria na Assembleia de Freguesia. Em St.º Ildefonso (Porto) a «AD» perdeu quase metade do seu eleitorado, e a APU subiu de 16% para 23,6% dos votos, ganhando mais um mandato. Também em Mosteiros (S. Miguel, Açores) se registou uma importante quebra da «AD», que perdeu cerca de 1/3 dos seus eleitores.

No quadro do regime democrático é um absurdo que possam destruí-lo, através de uma acção governativa e legislativa conjunturais e da revisão da lei fundamental da República, aqueles que são apenas uma minoria.

O Comité Central faz um apelo a todos os democratas, (nos órgãos de soberania, nos partidos políticos, nas associações de classe, nas mais variadas organizações sociais) **para que actuem de forma coordenada ou convergente para afastar a «AD» do governo e para a realização antecipada de eleições legislativas de forma a assegurar a defesa do regime democrático.**

O Comité Central faz um especial apelo aos membros do PS e eleitores do PS para que se oponham às alianças do PS com a «AD», não só na organização sindical e nas autarquias, mas particularmente na revisão da Constituição.

Na luta em defesa dos interesses populares e nacionais e do regime democrático, **as alianças que se impõem são as alianças de todos os democratas e patriotas e não alianças com a «AD» contra o PCP** — a força democrática mais consequente, com mais profundo e vasto apoio popular, com mais capacidade de mobilização de massas.

A **desenfreada campanha anticomunista** em que participam lado a lado, fascistas e reaccionários de todos os matizes, a «AD», Mário Soares, Lopes Cardoso, esquerdistas, visa confundir o Povo português, diminuir a influência e capacidade de intervenção do PCP na vida política, enfraquecer a luta do povo contra a «AD» e encobrir a vergonhosa aliança da «AD» com o PS/Mário Soares contra o povo e contra a democracia.

O Comité Central chama a atenção para o facto de que **a violência da campanha anticomunista é em si mesma uma afirmação do papel determinante que o PCP desempenha na resistência à política da «AD», no grandioso movimento operário e popular que se desenvolve de Norte a Sul do país em defesa dos interesses vitais do povo e do país, do regime democrático, da paz e da independência nacional.**

A «AD» e seus aliados, no seu coro anticomunista, procuram convencer a opinião pública de que o PCP está isolado. Mas o facto é que, na medida em que a «AD» e seus aliados se unem contra os trabalhadores, contra a impetuosa torrente da luta de massas, contra o regime democrático e na monstruosa campanha contra o PCP, são eles que se afastam progressivamente e se isolam do povo, **ao mesmo tempo que o PCP mais aprofunda as ligações com os trabalhadores, com as massas populares, com os mais variados sectores democráticos.**

O Comité Central **prosseguiu o exame dos problemas relativos ao reforço do Partido** (no domínio da direcção, da organização, da formação de quadros, da propaganda, da democracia interna, do estilo de trabalho, da política financeira), deu um breve balanço ao debate que se está realizando sobre tais problemas nos organismos de direcção regional e resolveu convocar para o mês de Março uma reunião do Comité Central a fim de finalizar o debate e tirar as conclusões respectivas.

O Comité Central aprovou o **calendário das grandes iniciativas do Partido para 1982:** Assembleias de organização regionais, concelhias e outras, Festas do Partido, Conferências e Encontros, bem como as grandes linhas de trabalho para o reforço da actividade dos comunistas nos movimentos e organizações unitárias e na acção de massas.

O Comité Central aprovou a apresentação em data próxima na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP de três projectos de lei interligados sobre a Maternidade, o Planeamento Familiar e a Interrupção Voluntária da Gravidez.

Considerando a premência dos problemas colocados

pela evolução da situação política, o carregado calendário da actividade do Partido, a realização das eleições autárquicas nos fins do ano, o Comité Central resolveu, de acordo com os Estatutos, que o **X Congresso do PCP** se realize, não no ano corrente, mas no primeiro semestre de 1983.

O PCP é a única força política que tem feito uma real e efectiva oposição à política de desastre da «AD» e que apresenta soluções políticas correspondentes aos interesses da democracia e do país. É também a única força política que previu e preveniu sobre o agravamento da crise económica, financeira e social do país, e que apresentou uma verdadeira alternativa a essa política.

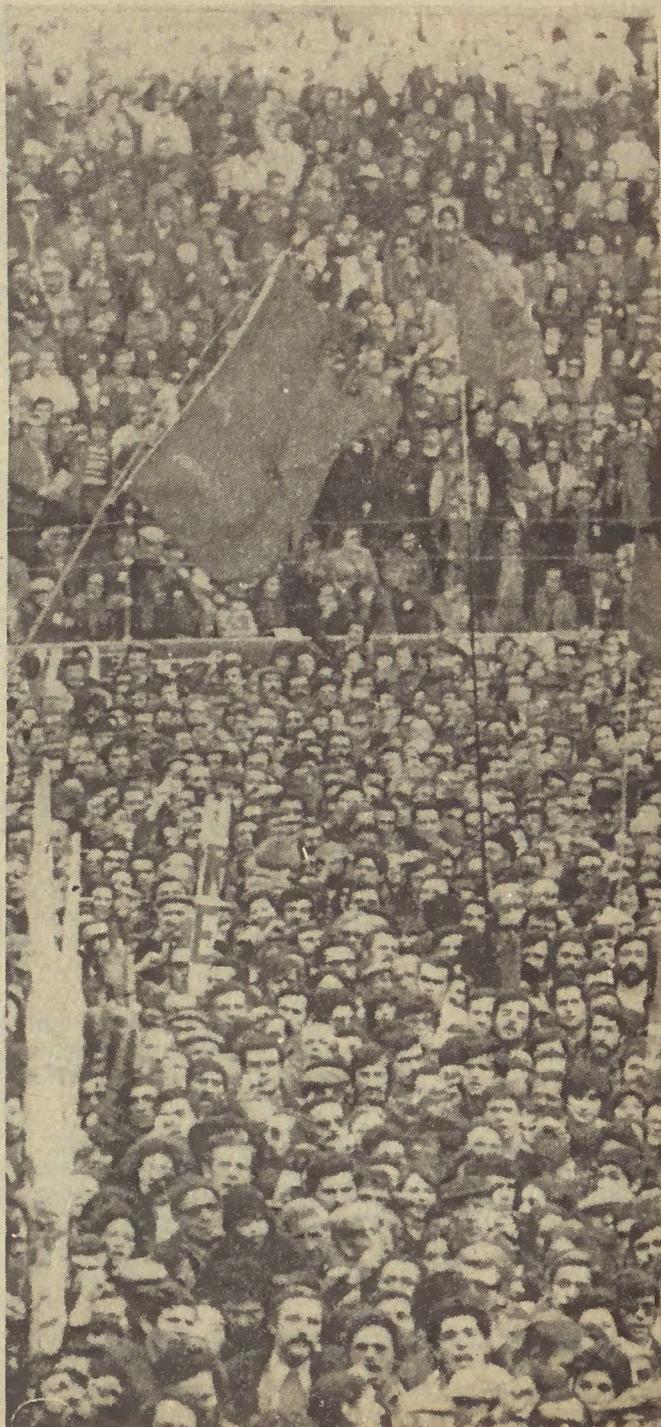
Entretanto o Comité Central sublinhou uma vez mais que o PCP não pretende sozinho assegurar uma solução democrática. Não pretende impor o seu programa. Defende a acção comum e a unidade de todos os democratas e patriotas. Considera que existe um vastíssimo e maioritário campo social e político de apoio a uma alterna-

tiva democrática. Considera como tarefa inadiável unir todos os patriotas, todos os democratas independentes, todas as organizações sociais, em formas de cooperação que assegurem a derrota da reacção e o triunfo da democracia.

Ao mesmo tempo, o PCP tem plena consciência da sua grande força do apoio das massas com que conta, e da confiança e da esperança que nele deposita uma grande parte do Povo português. Tem plena consciência de que na situação política existente e no quadro das forças políticas e sociais na actualidade, a solução dos problemas nacionais, a saída democrática da crise, a defesa da democracia são possíveis, não contra os trabalhadores e contra o PCP, mas com os trabalhadores e com o PCP.

1 de Fevereiro de 1982

O Comité Central  
do Partido Comunista Português



# RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

O Comité Central do PCP examinou o andamento dos trabalhos da revisão da Constituição em curso na Comissão da Assembleia da República e constatou a gravidade das alterações que estão a ser preparadas na base dos acordos AD/PS – Mário Soares.

A serem concretizadas pelo voto da maioria de dois terços do plenário da Assembleia da República tais alterações constituiriam uma flagrante violação dos limites constitucionais da revisão e representariam uma iminente ameaça para o futuro da democracia portuguesa.

Com efeito, com base nos acordos AD/PS – Mário Soares, pode já salientar-se, como mais grave:

- a extinção do Conselho da Revolução sem que sejam asseguradas as suas importantes funções de salvaguarda da democracia;

- o desequilíbrio de poderes dos principais órgãos de soberania com a drástica redução dos poderes do Presidente da República;

- o reforço dos poderes executivos e legislativos do Governo e a limitação das possibilidades constitucionais da sua demissão;

- a atribuição ao Governo da escolha das chefias militares (hoje da competência do Presidente da República), bem como, da direcção, administração, promoções e aspectos fundamentais da legislação militar;

- o afrouxamento da fiscalização da constitucionalidade das leis que resultaria da extinção do Conselho da Revolução e da sua substituição por um Tribunal Constitucional cuja composição e regras de funcionamento não dariam

garantias mínimas de defesa do regime democrático;

- as cedências do PS relativas à organização económica do Estado, designadamente, no que se refere ao enfraquecimento da garantia das nacionalizações e do plano, à concessão de benefícios e poderes ao grande capital, à consagração antecipada de obrigações decorrentes de uma ruínosa adesão à CEE.

As modificações que seriam introduzidas na relação de poderes entre o Presidente da República e o Governo provocaria uma mudança do sistema do poder político e uma verdadeira ruptura do equilíbrio entre os órgãos de soberania que tem sido designado de semi-presidencialista.

As alterações mais significativas concentram-se na área da organização do poder político.

**O sentido geral destas alterações é a transferência para os órgãos do poder político controlados pela AD – e de modo especial para o Governo – de importantes poderes político-militares subtraídos ao Presidente da República e de grande parte dos poderes actuais do Conselho da Revolução.**

Insistindo em que as deliberações sobre as alterações a introduzir no texto constitucional tem que ser obrigatoriamente votado no plenário da Assembleia da República, por maioria qualificada e no respeito pelos limites materiais da revisão, o CC do PCP sublinha que os acordos AD/PS – Mário Soares detectados na Comissão, representariam, se concretizados, a entrega aos inimigos da democracia de importantes meios para a destruir.

O Comité Central do PCP salienta que encontraram plena confirmação as prevenções e advertências feitas pelo PCP logo que se tornou conhecido o projecto da FRS e se fez o seu cotejo com o projecto da AD.

Assim, a ruptura do equilíbrio dos poderes dos principais órgãos de soberania, a governamentalização e partidização do Estado, o afrouxamento da fiscalização da constitucionalidade das leis e a completa subordinação das Forças Armadas ao Governo corresponderiam, se viessem a vingar, a uma verdadeira subversão do regime democrático-constitucional.

A passagem dos poderes militares do Presidente da República para o Governo assume neste quadro uma particular gravidade. Ao contrário do que a AD e a direcção do PS pretendem fazer crer, não se trata de melhorar

o regime democrático nem de subordinar as Forças Armadas ao poder civil, mas antes um autêntico golpe de Estado.

Com o poder de escolher os Chefes de Estado-Maior, os Comandantes das regiões militares e das unidades, com o poder de organizar, regulamentar e administrar as Forças Armadas, a AD restauraria uma hierarquia fascista ou fascizante e transformaria as Forças Armadas num instrumento da contra-revolução, da liquidação do regime democrático e de instauração de uma nova ditadura.

**O Comité Central do PCP alerta vivamente a opinião democrática para o golpe de Estado que está assim em preparação e sublinha que os elementos essenciais desse golpe de Estado são a governamentalização, a partidização e a instrumentalização das Forças Armadas pela AD.**

### III

Correspondendo à orientação definida nas reuniões do Comité Central do PCP de 25 e 26 de Maio e de 26 de Setembro de 1981 sobre os perigos que representavam para a democracia os projectos da AD e da FRS e as coincidências entre eles, todo o Partido se lançou numa intensa campanha de informação, esclarecimento e mobilização contra esses perigos.

Graças a essa acção, bem como às tomadas de posição por parte de personalidades democráticas de diversos quadrantes políticos e ideológicos, desenvolve-se um poderoso movimento popular contra a revisão inconstitucional da Constituição feita nas costas do povo.

Ao contrário do que pretendiam a AD e a direcção do PS, a revisão da Constituição foi arrancada ao segredo dos gabinetes da Assembleia da República e converteu-se na questão central de todo o debate e luta política em defesa da democracia.

A medida que se alarga o debate, alarga-se e torna-se mais aguda a consciência dos perigos que cercam o regime democrático. Expressão desta atitude é o «Apelo aos deputados sobre a revisão constitucional», subscrito por personalidades de diversos quadrantes políticos e que já recolheu o apoio de mais de 150 mil assinaturas. São também de salientar as tomadas de posição semelhantes por parte de membros do Conselho da Revolução e de deputados do Partido Socialista. Avultam, também, ultimamente, as declarações produzidas pelo porta-voz da Presidência da República e o comunicado do Presidente da República que confirmou as graves implicações que repre-

sentará uma redução de poderes do órgão para que foi eleito.

O movimento de massas é o elemento essencial da batalha política que se trava em torno da revisão constitucional. Compreendendo que a luta pelos interesses imediatos é inseparável da luta pelos interesses mais gerais, as grandiosas acções em curso da classe operária e de todos os trabalhadores, tomando como ponto de partida justíssimas reivindicações contra a política de empobrecimento e repressão do Governo AD, colocam já abertamente a necessidade da sua demissão e constituem cada vez mais um importante factor de defesa da democracia e contra a revisão golpista da Constituição.

Estas poderosas movimentações populares confirmam a justeza e dão nova e redobrada força às exigências avançadas pelo PCP de demissão do Governo Balsemão e dissolução da Assembleia da República como a forma mais eficaz não só para cortar cerce com os planos de golpe de Estado da reacção através da revisão constitucional, mas também de travar a corrida para o desastre económico e financeiro para que o País está a ser arrastado pela AD.

Contrariamente às previsões, desejos e propaganda das forças de direita e dos seus aliados o golpe contra a Constituição e o Estado democrático, enfrenta uma crescente oposição. **As lutas dos trabalhadores, a acção dos democratas e a intervenção das instituições mostram que é possível derrotar o plano subversivo da reacção.**

### IV

O Comité Central sublinha que em coerência com a sua posição de defesa intransigente da Constituição e da legalidade democrática, o PCP definiu logo no seu IX Congresso realizado em 1979 uma posição favorável à revisão constitucional da Constituição e, de acordo com esta orientação, apresentou o seu próprio projecto de revisão. Assim, ao mesmo tempo que o PCP, na sua actividade política geral, tem desenvolvido uma intensa campanha de esclarecimento e mobilização contra os perigos que decorrem da revisão em curso, os seus deputados participam activamente nos trabalhos da revisão, defendendo o seu projecto, apoiando soluções positivas de outros projectos, contrariando as propostas da AD e da FRS perigosas para a democracia portuguesa e combatendo com vigor os acordos AD/PS que, a concretizarem-se, representariam a subversão completa da Constituição da República.

A prática dos trabalhos da revisão constitucional confirma a justeza da orientação seguida e aponta para a necessidade de prosseguir essa mesma orientação, a menos que sobrevenham novos factos que desaconselhem a sua continuação.

A participação dos deputados do PCP na Comissão Parlamentar da Revisão Constitucional, não representa assim qualquer cobertura para a revisão que se está fazendo. Pelo contrário, em todas as situações, os deputados do PCP orientam-se pela preocupação de impedir a revisão golpista da Constituição, opondo-se às manobras e aos objectivos da AD, combatendo e denunciando os acordos AD/PS — Mário Soares.

A luta popular e democrática contra a subversão da Constituição e contra o golpe de Estado que lhe está associado, conseguiu já alguns sucessos. Os acordos secretos foram desmascarados, o movimento dos trabalhadores está em luta, a opinião democrática está mais vigilante, os pontos capitais da revisão da Constituição tornam-se questões centrais das preocupações dos portugueses.

Mas há que salientar que neste preciso momento Mário Soares e a Direcção do PS, perante a reprovação de

amplios sectores democráticos e a oposição existente no seu próprio partido pelas cedências feitas à AD, no que especialmente se refere à redução dos poderes do Presidente da República, manobram activamente procurando fazer crer que podem voltar atrás em concessões que já fizeram à AD, quando na verdade prosseguem aceleradamente os seus planos de rendição e colaboração com os objectivos das forças reacçãoárias.

Os democratas devem ter plena consciência de que com o actual predomínio da AD na Assembleia da República e as posições de cedência dos meios dirigentes do PS afectos a Mário Soares, não é de esperar que as votações na actual Assembleia da República possam impedir a revisão golpista e antidemocrática da Constituição.

Neste quadro **a forma mais eficaz e segura de impedir a revisão da Constituição contra a democracia e o golpe de Estado contra o regime, consiste, como o PCP insistentemente tem preconizado, na demissão do Governo, na dissolução da Assembleia da República, na nomeação de um governo de gestão e na realização de eleições legislativas**, que a realizarem-se no respeito pelas liberdades e regras democráticas, reconduzirão à Assembleia da República uma maioria democrática, que dê base a um governo democrático e a uma política democrática e que permita uma revisão da Constituição de acordo com a legalidade e assegurando o reforço da democracia portuguesa.

**O Comité Central do PCP apela ao prosseguimento e alargamento da batalha de esclarecimento e mobilização em torno da revisão da Constituição e exorta os trabalhadores e todos os democratas a desencadearem novas e grandes acções para barrar o caminho ao golpe contra a Constituição, pela defesa do regime democrático e pela plena realização dos ideais liberdades do 25 de Abril.**

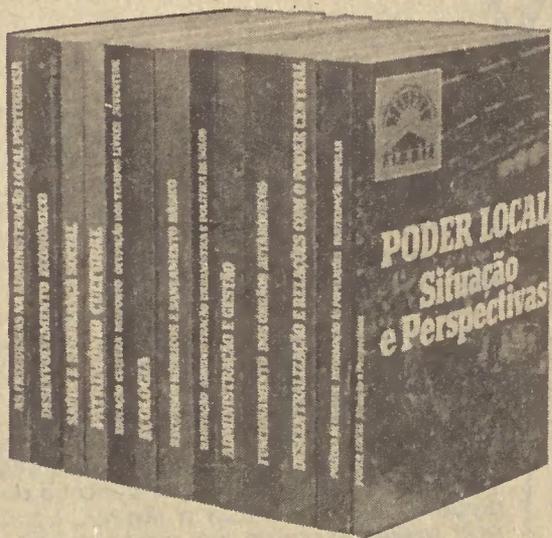
1 de Fevereiro de 1982

O Comité Central  
do Partido Comunista Português



# A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

editadas as Comunicações finais em  
14 volumes



- PODER LOCAL NO PORTUGAL DE ABRIL
- PODER LOCAL SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS
- POLÍTICA DE UNIDADE
- INFORMAÇÃO ÀS POPULAÇÕES
- DESCENTRALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PODER CENTRAL
- FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS
- ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
- HABITAÇÃO ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E POLÍTICA DE SOLOS
- RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO
- REDE VIÁRIA
- TRÂNSITO E TRANSPORTES
- ELECTRIFICAÇÃO
- ECOLOGIA
- EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES, JUVENTUDE
- PATRIMÓNIO CULTURAL
- SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL
- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
- AS FREGUESIAS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL PORTUGUESA

**AUTÉNTICA ENCICLOPÉDIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO  
DEMOCRÁTICA DAS AUTARQUIAS**

**INDISPENSÁVEL AOS ELEITOS AUTÁRQUICOS E A TODA A POPULAÇÃO**

Uma grande iniciativa das **edições Avante!**

Distribuição **CDL**